



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CAMPUS - I
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA – CIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PALOMA SUÉLEN SILVA ARAUJO

**DO “CORONEL PREFEITO” AO “PREFEITO CORONEL”: UM
ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS RELAÇÕES E PRÁTICAS
POLÍTICAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ROÇA - PB**

Campina Grande - PB

2015

PALOMA SUÉLEN SILVA ARAUJO

**DO “CORONEL PREFEITO” AO “PREFEITO CORONEL”: UM
ESTUDO DE CASO A PARTIR DAS RELAÇÕES E PRÁTICAS
POLÍTICAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE ROÇA - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de
Licenciatura em História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção
do grau de licenciado em História.

Professor Orientador Me.: Gilbergues Santos Soares

Campina Grande - PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663d Araujo, Paloma Suélen Silva.

Do "coronel prefeito" ao "prefeito coronel": [manuscrito] : um estudo de caso a partir das relações e práticas políticas no município de Lagoa de Roça - PB / Paloma Suélen Silva Araujo. - 2015.

93 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Gilbergues Santos Soares, Departamento de História".

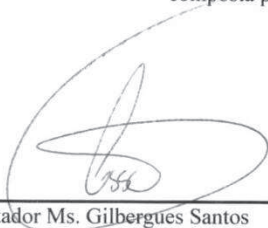
1. Coronelismo. 2. Democracia. 3. Cultura política. 4. Autoritarismo. I. Título.

21. ed. CDD 306.2

PALOMA SUÉLEN SILVA ARAUJO

DO “CORONEL PREFEITO” AO “PREFEITO CORONEL”: UM ESTUDO DE CASO
A PARTIR DAS RELAÇÕES E PRÁTICAS POLÍTICAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA
DE ROÇA – PB

Monografia apresentada como pré-requisito para
obtenção do título de Licenciatura em História da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
submetida à aprovação da banca examinadora
composta pelos seguintes membros:



Prof. Orientador Ms. Gilbergues Santos



Profa. Ms. Priscilla Emanuelle Formiga Pereira

Profa. Dra. Ofélia Maria Barros

Campina Grande, Junho de 2015.

Dedico este trabalho ao Espírito Santo
pelas direções e capacidade concedidas até
o final.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus pelas vezes que renovou as minhas forças e me capacitou para realização deste trabalho.

Ao meu pai Ermano pelas inúmeras páginas impressas à cada mudança nos capítulos, pelas liberações no trabalho para as orientações e pela permissão de imprimir alguns livros importantes para este trabalho.

A minha mãe Suevânia por todas as informações fornecidas sobre a história deste município e sobre a história do político Toinho do Bar. E pela compra de livros para esta pesquisa.

A minha amiga Marizélia pelo socorro na correção deste trabalho e pela forma como me tranquilizou em meus momentos mais tensos.

Agradeço ao meu orientador Gilbergues Santos pela sua eficácia em deixar tudo claro para mim, por tudo o que me ensinou à cada reunião para orientação e pelas inúmeras vezes em que como o Davi da Bíblia “derrubou” os meus gigantes de ansiedade e medo e me mostrou que posso ir sempre um pouco mais longe do que imagino.

E por último agradeço ao meu marido Iremar por ter sido tão companheiro cuidando do nosso filho e da casa preparando tudo em nosso lar para que eu pudesse ter o máximo de tempo em frente ao computador ou diante dos livros. Obrigada também pelas palavras de incentivo e pela segurança que me passou ao longo deste trabalho.

À todos que de alguma forma, seja com informações, entrevistas ou materiais me ajudaram serei sempre grata.

*“Eu sou do povo, trabalharei pelo povo e
pelo povo morrerei”.*
Político Toinho do Bar, 1996.

RESUMO

O coronelismo brasileiro sobrevive de maneira significativa nas práticas políticas e em campanhas eleitorais locais, principalmente. As eleições da década de 1930 e 1940 e as eleições atuais possuem semelhantes características paternalistas, corruptas e autoritárias, onde a diferença entre o “coronel prefeito” de outros tempos e o “prefeito coronel” de nossos dias concentra-se numa questão temporal. Este trabalho tem como principal objetivo analisar até que ponto o coronelismo ainda atua nas práticas políticas locais e também chamar atenção para a maneira como pensamos a democracia e lidamos com suas fragilidades, buscando esclarecer que apesar de nos declararmos democráticos, ainda recorremos a ações autoritárias e “anti-republicanas” para alcançarmos nossos objetivos, sejam eles políticos ou não. Defendemos a democracia como a melhor forma de governo, como solução para a corrupção e para maior crescimento econômico do país, no entanto, parecemos acreditar mesmo é na eficácia de um governo autoritário ao mesmo tempo em que desacreditamos do governo democrático.

Palavras chave: Coronelismo; Democracia; Cultura Política; Autoritarismo

ABSTRACT

The Brazilian coronelismo survives significantly in the political practices and local election campaigns, especially. The elections of the decade of 1930 and 1940 and the current elections have similar characteristics paternalistic, corrupt and authoritarian, where the difference between the "Colonel mayor" of yesteryear and the "Colonel Mayor" of our day focuses on a temporal question. This paper aims to analyze the extent to which coronelismo still active in the local political practices and also draw attention to the way we think democracy and deal with its problems, seeking to clarify that although we declare democratic, still resort to authoritarian actions and "anti-republican" to achieve our goals, whether political or not. We defend democracy as the best form of government, but as a solution to corruption and greater economic growth, however, we seem to believe it is the effectiveness of an authoritarian government at the same time of discredit democratic government.

Key words: Coronelismo; Democracy; Political Culture; Authoritarianism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: A ATUAÇÃO DO CORONEL PREFEITO: ORIGENS DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO EM SUA LOCALIDADE	11
I- Vestígios do coronel: colônia e império	12
II- Coronel “de direito” (militar) <i>versus</i> coronel “de fato” (político)	16
III- O coronel, o doutor, o militar e o padre: estruturas de poder e influências políticas	18
IV- Os embates políticos em Lagoa de Roça: uma emblemática campanha do “tostão contra o milhão”	20
V- A “Festa da Democracia” legitima os processos eleitorais corrompidos	22
VI- Dos “agrados” à dependência: manobras coronelísticas para “amarrar o voto” do eleitor	24
VII- “Para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei”: o coronel sobrevive nas peculiares perseguições das gestões municipais	27
VIII- O casamento entre governos e municípios e sua resistente trajetória de muitos conchavos e alianças	30
IX- A Revolução de 1930 e a “reformulação” do coronel	32
X- O poder consolidado das oligarquias paraibanas	34
XI- Os abusos de poder e as atuais “degolas” no poder executivo	37
CAPÍTULO 2: A ATUAÇÃO DO PREFEITO CORONEL: A SOBREVIVÊNCIA DO CORONELISMO ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE MANDONISMO E MANIPULAÇÃO	40
I- As práticas políticas na conquista do voto e os grupos dominantes em Lagoa de Roça	40
II- O político Toinho do Bar: “Eu sou do povo, trabalharei pelo povo e pelo povo morrerei”	44
III- A campanha de 1996: o rompimento com o grupo dominante	45

IV- Toinho o “bem feito”: as estratégias de campanhas, os discursos populistas e a vitória	46
V- Assistencialismo e demarcações territoriais: os “códigos de ética” e as estratégias de Toinho do Bar	50
VI- O “político-coronel” Toinho do Bar	51
VII- Toinho: “Aos amigos tudo, aos adversários a Lei”	51
VIII- A Campanha de 2000: o dia em que um morto venceu as eleições	53
IX- O prefeito morto e o trabalhar da sua memória	56
X- A campanha de 2004: a “continuidade do trabalho de Toinho” <i>versus</i> a “continuidade da memória de Toinho”	57
CAPÍTULO 3: TOINHO DO BAR: QUANDO A ASSISTÊNCIA AO “MEU POVO HUMILDE” SE TORNA CAPITAL ELEITORAL	60
I- Somos realmente democráticos?	61
II- O problema de um passado ditatorial e uma “semidemocracia”	64
III- Breve análise histórica do voto no Brasil	67
IV- Voto: instrumento de alienação ou expressão máxima da representatividade? Que lugar o voto ocupa em nossa sociedade?	68
V- Eleição de 1996: a quebra de uma “roda de revezamento” através dos laços familiares	70
VI- Eleição de 2000: “o prefeito é um grande ladrão!” <i>versus</i> “a oposição quer me matar!”	71
VII- Eleição: Uma questão de Honra	74
VIII- Eleição de 2008: mudando a forma, mas permanecendo o conteúdo	74
IX- Eleição de 2012: uma campanha de “dossiês”, <i>fakes</i> e redes sociais	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema coronelismo nas práticas políticas das campanhas eleitorais no município de São Sebastião de Lagoa de Roça. Serão abordados inicialmente a origem do termo coronelismo, a diferença entre um “coronel de direito” militar da Guarda Nacional e um “coronel de fato” que está fundamentado nos objetivos políticos das oligarquias e, as estruturas de poder e influência político-econômica que este “coronel” exerce sobre o pobre.

Lagoa de Roça, não muito diferente da história de grande parte do país, também constrói sua história política sob o âmbito do coronelismo em menor ou maior proporção. Campanhas emblemáticas recheadas de assistencialismos, fraudes em resultados eleitorais, boicotes de eventos, discussões acaloradas e violência em seu nível mais extremo que é a morte, nos mostram que a história política de Lagoa de Roça, bem como sua cultura política, ainda tem em muitos pontos um coronelismo enraizado que segue “sobrevivendo” nas práticas políticas tanto de eleitores quanto de candidatos. As gestões pautadas em nepotismos, perseguições, “conchavos” e alianças, principalmente entre governo e município, também são analisadas juntamente à festa da democracia em seu contexto histórico.

Para um melhor entendimento de como as práticas coronelísticas se repetem na história do município, procuro fazer uma análise que vai da formação dos grupos dominantes lagoarrocenses à ascensão política de Antônio Pedro dos Santos, o Toinho do Bar, que tornou-se um marco na história política do município não apenas pela forma de chegar ao poder e exercer esse poder, mas também por sua morte em plena campanha eleitoral. Fato que se tornou polêmico para a população convicta de um assassinato, o que contraria os laudos do inquérito policial que retratam apenas um acidente.

Diante das demonstrações das práticas coronelísticas descritas neste trabalho, por fim, é levantada a questão sobre a nossa frágil democracia e até que ponto essa democracia é verdadeiramente exercida na sociedade e nas esferas de poder de nosso país, de nossos estados e de nossos municípios.

É fato que avançamos no tocante aos procedimentos democráticos. Temos as urnas eletrônicas com a função de evitar fraudes em resultados eleitorais e temos a internet com o papel de trazer mais informação ao eleitor sobre seu candidato, sua história política e pessoal

e suas realizações no âmbito político em que está inserido. Toda uma tecnologia a fim de facilitar ao eleitor uma tomada de decisão cada vez mais consciente no que diz respeito ao voto. Porém, antes desse avanço, percorremos um significativo caminho de sucessivos regimes e formas de governos passando por Monarquia, República, Ditadura e Redemocratização.

Hoje, por termos uma cultura política de característica originariamente autoritária onde a interação da nossa sociedade com o Estado acontece baseada em formalismos democráticos e, por conseguinte é garantida exatamente pelo autoritarismo, ao olhar o passado e o caminho trilhado pelo país na implementação de sua democracia, podemos afirmar que nosso sistema político-democrático é sólido e que somos realmente democráticos?

Declaramos o nosso sistema político como uma democracia, mas não somos tão democráticos assim. Defendemos a democracia como a melhor forma de governo, porém, como solução para a corrupção e para maior crescimento econômico do país acreditamos muito mais na eficácia de um governo autoritário do que em um governo democrático. E esse paradoxo na cultura política da sociedade brasileira se dá pela deficiência existente na nossa democracia, que se manifesta no funcionamento das instituições democráticas recheadas de corrupção, partidos voltados para interesses particulares, mau funcionamento e impunidade, gerando descrença por parte da população na democracia representativa.

O objetivo geral deste trabalho é mostrar que o coronel sobrevive na figura do prefeito atual com suas práticas personalistas, patrimonialistas, paternalistas, assistencialistas, corruptas e autoritárias. Para isso ressaltamos todo um percurso que vai do “coronel prefeito”, coronel da década de 1930/40 ao “prefeito coronel”, o prefeito atual nos quais as práticas políticas que se seguem são as mesmas, embora os tempos sejam outros.

A escolha do tema deste trabalho reflete um pouco o meu contexto de vida. Conviver nos bastidores políticos, presenciar reuniões de “conchavos”, conhecer as estratégias de campanha, muitas vezes “pouco republicanas”, participar e organizar eventos políticos, fazer campanha corpo-a-corpo, com panfletagens, com visitas a cada residência e nas redes-sociais foram ações que fizeram e ainda fazem parte da minha história. Com avós, pais e tios inseridos direta ou indiretamente no cenário político, muitas vezes, aquela realidade tornou-se também a minha realidade.

Um ponto relevante levantado neste trabalho é a história de Toinho. Decidi inseri-la não só pela própria história em si, mas também pelos laços afetivos que tive com a pessoa de Toinho do Bar por algum tempo, enquanto enteada e padrasto. Toinho teve uma relação

estável com minha mãe e também um filho, Antônio Pedro dos Santos Filho, fazendo então, parte da nossa vida como família. Para além dos laços pessoais, este trabalho tem também uma importância enquanto documento histórico para o município de Lagoa de Roça e, busca chamar atenção para a forma como concebemos as práticas políticas e a democracia de nosso país. Não pretendo rotular “mocinhos” e “vilões” da nossa política municipal, mas sim personalidades que são fruto de uma sociedade de cultura autoritária e nem sempre tão democrática quanto se declara ser.

Metodologicamente este trabalho adotou o tipo de pesquisa bibliográfica e de campo. A parte bibliográfica foi trabalhada com base em livros que destacavam as diferentes visões de vários teóricos sobre os temas de coronelismo, oligarquias, voto e democracia. A pesquisa de campo se deu unicamente sob o viés de entrevistas, algumas gravadas e outras não, realizadas nas residências dos entrevistados. Cada entrevista foi enriquecedora no que se refere às informações sobre a história do município que se mistura com a história de vida dos entrevistados e dos atores políticos de Lagoa de Roça.

Estruturalmente o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro capítulo traz as definições e origens do coronelismo, as diferenças do termo, as influências do coronel, as práticas coronelísticas de algumas campanhas em Lagoa de Roça, o evento das eleições em seu contexto histórico, as peculiares perseguições das gestões municipais, as alianças entre governo e município, a “reformulação” do coronel com a Revolução de 1930 e a consolidação das oligarquias paraibanas.

O segundo capítulo mostra as formações políticas dos grupos dominantes do município desde a sua emancipação e conta a história do prefeito Toinho do Bar, como entrou na política, quais foram os marcos de suas duas campanhas para prefeito em 1996 e 2000, suas estratégias de campanha e seu governo pautado nas debilidades de assistencialismo/populismo e nepotismo/patrimonialismo.

E o terceiro capítulo, chama atenção para o questionamento sobre nosso sistema democrático ressaltando sua fragilidade e a força que o autoritarismo ainda exerce em nossa cultura política. Esse capítulo traz também uma análise das eleições de 1996 e 2000 com a permanência de uma cultura política autoritária e, das eleições de 2008 e 2012 com as ligações entre o “coronel prefeito” e o “prefeito coronel”.

CAPÍTULO 1

A ATUAÇÃO DO CORONEL PREFEITO: ORIGENS DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO EM SUA LOCALIDADE

O Brasil da década de 1930/40 e por que não dizer, do início da República é marcado por grandes nomes, os definidos “heróis” na história da política brasileira. Os “heróis” de ontem, porém diferenciam-se dos “heróis” de hoje, sendo comum encontrar na nossa história política a referência à sua figura. Esse sujeito, que se coloca como líder político em uma comunidade, seja por meios financeiros, seja pelo populismo ou pelo discurso, de uma forma ou outra, se faz notável em sua comunidade alcançando a vitória nas eleições e se tornando, ou o *coronel prefeito* da década de 1930/40, ou o *prefeito coronel* da atualidade. E, no entanto, essa peculiar característica de “endeusamento” de alguns pela maioria perdura ao longo de nossa história política, na qual a formação de um “Nome” (líder político) não existe e persiste por si só, ela traz consigo todo um sistema do qual podemos chamar de velhas práticas políticas que geram, lançam e fomentam a sua inserção. Tais práticas alimentam certo “domínio” de uma minoria sobre uma maioria muitas vezes dependentes da primeira para sobreviver.

Getúlio Vargas é um bom exemplo de formação de um “Nome” cuja política de “paternalismo” traz para o povo o discurso de protetor, combatente da pobreza, homem do povo, herói que luta pelo trabalhador, “salvador da pátria” e “pai dos pobres”. Em suma, “a presença tranquilizadora, familiar, nas vidas de quase todos os brasileiros, como jamais se vira no Brasil” (Levine, 1970). A exemplo de início, podemos citar algumas práticas do “coronelismo” cuja atuação ainda sobrevive em pleno século XXI sob “novas roupagens”, como uma espécie de mandonismo de forma mais discreta, porém, forjado e atuante, não mais no âmbito da violência como na década de 1930/40, mas no âmbito da Justiça e da Lei, na política do interior do Brasil, em especial em municípios pequenos como São Sebastião de Lagoa de Roça, cidade do interior da Paraíba com cerca de 12 mil habitantes e 8 mil eleitores. O “coronelismo” da década de 1930/40 ainda está vivo de alguma forma na vida política destas cidades, e sua manifestação se dá exatamente através das velhas práticas políticas do Brasil.

I - Vestígios do coronel: colônia e império

Sistema político, muitas vezes encarado como clientelismo ou mandonismo local, o coronelismo tem sua maior atuação no período que abrange a Primeira República (1889-1930) ou “República dos Coronéis”. Para Víctor Nunes Leal, é na Primeira República que acontece uma ruptura do poder privado, possibilitando o desenvolvimento das relações coronelísticas em um compromisso forjado entre as esferas do poder Federal, Estadual e Local. Nessa visão, o coronelismo seria instituído segundo as normas de um pacto implícito entre o decadente poder privado dos coronéis e um poder público cada vez mais fortalecido.

Diferente de Víctor Nunes Leal, Raymundo Faoro defende a existência do coronelismo desde o Império, mas só legitimado na República. Para ele o fenômeno coronelista não é uma novidade. Trata-se apenas de sua emancipação no agrarismo republicano liberto das dependências econômicas do patrimonialismo do Império. O coronel com patente que a recebe da Guarda Nacional deve sua nomeação por qualificação ou por riqueza. Paralelo a ele prospera o “coronel latifundiário”, também chefe político e detentor dos meios de sustentação de sua posição elevada. Na compreensão de Faoro, os “coronéis latifundiários” surgem lado a lado ao “coronel com patente” que se trata de um título da guarda nacional, surgindo então o conceito de coronelismo na linguagem corrente pela via do estilo social com predominância sobre a função política.

Através de um autoritarismo local e da força eleitoral que os coronéis possuíam devido a fraca estrutura administrativa do Estado, as raízes do coronelismo são herdadas no Império. Na busca por uma centralização o Estado, no entanto, cedia aos coronéis atribuições de novos encargos. Dessa forma, tanto a extensão do voto pertencente ao coronel quanto seu poder de influência estariam submetidos aos poderes superiores dos chefes da política estadual, ou seja, o mandonismo não ficaria ao cargo apenas do coronel, mas seria dividido agora com o Estado. Em suma, seria uma espécie de relação de troca na pirâmide hierárquica de poder onde “... o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima” (FAORO, p. 700, 2012), e a passagem do regime imperial para o republicano significaria, além de um aprofundamento na função eleitoral do coronel, também uma certa “entrega” desse coronel autônomo ao poder estadual. É importante lembrar que o poder do prefeito nos anos 2000 também depende de um jogo de trocas com o Estado bem parecido com esse na década de 1930/40. Fica claro então, nas

idéias de Faoro que “*a estratégia se define, logo neste primeiro lance: atrelar os monarquistas aos freios republicanos, realizar as eleições sob o domínio das situações estaduais*” (FAORO, p. 701, 2012), sendo então, Império e República equivalentes no tocante às eleições. Eleições que no Brasil servem para legitimar o poder do coronel e o poder do prefeito. Para Faoro, “*a vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer, a qualquer preço*” (FAORO, p. 708, 2012), e é exatamente nesse esquema de supremacia estadual que se insere o coronelismo, sustentado entre o governador e o coronel “burocrata” numa relação de obediência garantida autoritariamente pela milícia estadual. Não significando, todavia, passividade.

Além das defesas de que o coronelismo ora inicia-se no Império como afirma Faoro, ora inicia-se na República como defende Víctor Nunes Leal, há também a idéia de que o coronelismo tem sua origem localizada na colônia. Para Marcel Bursztyn (2008), em sua obra “*O poder dos donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*”, as transferências de prerrogativas do Estado para o poder local em troca do reconhecimento da soberania da coroa, manifestadas no pagamento de impostos, são evidências claras de relações coronelísticas. Durante o Império o poder local colaborava com a unificação do país recebendo em troca do Estado poderes militares e subsídios indiretos. Na Primeira República há certa omissão do Estado diante da supremacia do coronel, onde é a partir do governo Vargas que se verifica uma intervenção estatal mais intensificada, muito embora se dê pela intermediação da figura do próprio coronel.

Independente de qual definição de origem se possa obter sobre o coronelismo, o objetivo alcançado nos discursos de Faoro, Nunes Leal ou Bursztyn é pensar esse coronelismo e a figura do coronel em suas dimensões estruturais, que definem a economia e a política do país ao longo da história. Tais conceitos de origem foram elaborados a fim de legitimar as relações sociais e políticas como relações institucionais e hierárquicas, como fenômenos sucessivos, idênticos e dominantes. Embora o coronelismo seja investigado como prática política, não se configura de forma homogênea.

No tocante aos vários discursos de conceito, Nunes Leal (1986) refere-se ao coronelismo como forma de manifestação do poder privado baseado na propriedade fundiária, na ausência de autonomia municipal e na função eleitoral do coronel. A este é delegado o poder por meio de serviços prestados em nível local, serviços estes que abrangessem desde favores particulares até obras assistencialistas. Por serem no Brasil as relações de poder

exercidas na base da “reciprocidade” e dependência, o coronel está como uma espécie de intermediário entre o governo estadual e a população carente.

Em Lagoa de Roça esta prática de intermédio sempre foi muito comum. Como exemplo temos a figura de João Florentino de Souza, conhecido popularmente como “João Boi”, ex vice-prefeito por duas vezes nas décadas de 1980 e 1990, que tanto em campanhas eleitorais, quanto em seu mandato assistia o pobre lagoarrocense com o que fosse preciso, seja remédio, roupa, médicos, comida, materiais de construção, etc. Em tempos eleitorais era de costume que “seu João Boi” primeiro atendesse as necessidades do povo e depois, ao final da semana apresentasse ao deputado estadual ou federal que apoiava, a conta de todas as despesas realizadas nesse intento. Era um pacto de intermediação e troca de favores, entre políticos do governo e políticos do município, que verificamos de maneira muito clara como práticas coronelísticas ao longo da história. Dependente do coronel e sem acesso aos meios de informação, a população pobre seguia dominada social, cultural e politicamente nas relações com o coronel prefeito detentor da liderança e do poder. Um fator importante na formação do coronelismo seria o isolamento e o atraso, contrapostos à ideia de progresso e industrialização presentes nos discursos da década de 1930/40.

O coronelismo é caracterizado a partir de uma interdependência entre as esferas do poder local, estadual e federal, onde a ausência de autonomia municipal atua ambigualmente, tanto enfraquecendo o papel do poder público que, por sua vez, engrandece o poder privado atribuindo aos coronéis funções correspondentes ao Estado, tais como justiça, assistência e proteção, quanto criando um mecanismo de subordinação do coronel ao governo estadual. Para Víctor Nunes Leal (1986), esse sistema emerge no enfraquecimento do mandonismo e na expansão do poder estatal. As relações políticas em Lagoa de Roça ainda se encontram distantes dessa consciência que Nunes Leal (1986) tenta trazer. As autoridades políticas locais têm o exercício de suas funções muito mais como um “ganha-pão”, um emprego que pode ser renovado a cada quatro anos, do que necessariamente um instrumento político efetivo e atuante nas mudanças e nos melhoramentos locais.

Raymundo Faoro (2012) em seu estudo investigativo conceitua o coronelismo a partir do patrimonialismo do Estado brasileiro. Ao investigar os “donos do poder” Faoro (2012) remonta a história da formação do Estado brasileiro localizando o surgimento do sistema coronelista no Império e também reconhecendo seu apogeu legitimado na Primeira República (1889-1930). O coronelismo está como peça-chave de um jogo de poder

legitimador do aparelho do Estado, porém instituído em concordância com interesses privados de uma elite política.

Diferente do que afirma Nunes Leal (1986), Faoro (2012) define o coronelismo como a força sobreposta do poder privado - poder particular do coronel - em decorrência da fraqueza do poder público. Nessas relações de poder o coronel exercita sua liderança política paralelamente à sua liderança econômica, onde a função primordial para o aumento e legitimação de seu domínio estaria no aliciamento de eleitores e no preparo das eleições. Faoro (2012) ressalta que em nível local o coronel organiza seu mundo de sociedade agrária protegendo o “camponês”, atuando também como seu “mandão” e articulando sua sociedade local ao sistema político econômico e social. O poder do coronel deriva muito mais de seu prestígio e honra social, tradicionalmente reconhecidos, do que de sua situação econômica de fato. Um exemplo disso é a figura do político “Toinho do Bar” prefeito no mandato entre 1997-2000, cuja história será tratada com mais detalhes no capítulo segundo deste trabalho. Segundo Faoro (2012) a propriedade de terra, no entanto, não é suficiente para explicar o coronelismo. O que norteia seu conceito é o Patrimonialismo Brasileiro e o carisma. Associado ao carisma ou ao patrimonialismo estatal deve existir um sistema eleitoral com pactos de trocas de favores entre as três esferas do poder para que as “relações coronelísticas” sejam possíveis. O caráter político tanto do coronel, quanto do prefeito está manifestado em seu domínio de votos que é capaz de manipular, onde o voto seria uma espécie de termômetro de sua afirmação.

... ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluída delegação, de origem central, no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua atividade ficará sobranceira ao vizinho, guloso das suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá essencialmente do aliciamento e do progresso das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema de ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação (FAORO, P.631, 1979).

Hoje em Lagoa de Roça esse tipo de termômetro ainda é observado para verificar a “força” de um líder político local que, dependendo do contingente de votos que consegue conquistar, torna-se importante tanto para as lideranças políticas estaduais, podendo ser em muitos casos, até mesmo disputado entre elas, quanto para as lideranças políticas municipais que, oferecem alianças a esse líder a fim de obter o apoio estadual ou federal que o assiste e sustenta nas relações de poder. Assim, verifica-se a importância de o coronel de outrora e o

líder político atual ser situacionista, posto que o Estado ainda é uma das poucas fontes de privilégio que foi capaz de conceder aos coronéis uma autonomia significativa. Para Faoro (2012), o coronel é o complemento da administração pública no âmbito municipal, tendo em suas mãos as funções públicas não institucionalizadas. Nessa relação entre “coronel e governo” e “coronel e eleitor” a diferença encontra-se no fato de que com o governo há uma “troca de proveitos” e com o eleitor um domínio de caráter pessoal. Para Nunes Leal (1986) o poder do coronel é um poder delegado por instâncias superiores que representam o Estado. E para Faoro (2012) o coronelismo vem da hipertrofia de um poder privado e ausência de um Estado autônomo sendo, portanto, a base e o sustentáculo das oligarquias estaduais e nacionais.

II - Coronel “de direito” (militar) *versus* coronel “de fato” (político)

O historiador e filólogo Professor Basílio de Magalhães sobre a origem do termo “coronelismo”, declara que o vocábulo deve-se aos autênticos coronéis da Guarda Nacional. A imagem do coronel “de direito” foi construída como símbolo referente à patente militar de coronel fornecida pelo Estado através da Guarda Nacional. Posteriormente, com o advento da República, tornou-se comum a venda e concessão dessas patentes de acordo com os interesses políticos. A Guarda Nacional criada pelos liberais em 18 de agosto de 1831 prestou importantes serviços à ordem pública e ao exército de linha nas guerras estrangeiras de 1851-52 e 1864-70. Após isso, tornou-se o exército da Guarda Nacional meramente decorativo.

Além do coronel “de direito” ou militar, surge também o chamado coronel “de fato” ou político. O coronel político é legitimado como aquele tinha consigo a possibilidade de apropriar-se do poder e domínio da política como se fosse seu dono. A partir da referência originada dos coronéis da Guarda Nacional e das relações exercidas com o Estado, criou-se um estereótipo para o coronel “de fato”, como coronel político, cuja identidade fundamentava-se nos objetivos políticos das oligarquias.

O tratamento de “coronel” teve, portanto, um efeito além do posto da Guarda Nacional, sendo dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político e potentado em uma determinada região. Em sua tese *“O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local”* Maria Lucinete Fortunato (2000), declara que *“o coronel é a figura do poder encarnado, de um poder sem peias, capaz de proteger, julgar, e resolver todas as questões de ordem pessoal que surgirem nos seus domínios”* (FORTUNATO, 2000,

p. 152). No interior do país quem não fosse doutor diplomado, teria pelo menos as honras de “coronel” pelo povo.

Por muito tempo, em alguns municípios existiu um Regimento da Guarda Nacional, onde o posto de “coronel” era concedido ao chefe político da comuna que uma vez inteirado de sua nomeação tratava de obter as patentes para a produção de seus efeitos legais. Os Oficiais da Guarda Nacional, uma vez presos, não podiam ser recolhidos a cárceres comuns, ficavam nas “salas livres” da cadeia pública local. Era o que chamamos de prisão especial nos nossos dias. Além dessa diferenciação, a patente lhes concedia as honras de tomar parte nas solenidades religiosas e profanas da sua terra natal.

O Sistema trazia para o cargo de comando-em-chefe da Guarda Nacional opulentos fazendeiros ou comerciantes abastados, imprimindo popularmente na mentalidade sertaneja o tratamento de “coronel” a todos os que têm nas mãos o comando da política ou para os chefes de partido mais influentes da comuna. Os homens ricos, ostentadores de bens e fortuna deram ao posto militar de coronel um significado especial: “o indivíduo que paga as despesas”. E assim, surge o vocábulo “coronelismo” na evolução político-social, como exemplifica Faoro (2012):

“Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente ‘o indivíduo que paga as despesas’” (FAORO, p. 699, 2012).

O papel do “coronelismo” no regime representativo não é apenas o de sobrevivência de um poder privado. O “coronelismo” traz em si peculiares manifestações desse poder privado que resiste e se impõe como um regime de significativa base representativa. Verifica-se que o coronel, de forma autônoma, elabora e executa suas próprias leis, agindo então de forma paralela ao Estado. Sobre essa ação do coronel e esse modo de coexistência do poder privado Víctor Nunes Leal (1986) explica:

... o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior de Brasil. (p. 20, 1986).

A troca de proveitos citada por Nunes Leal (1986) acontecia principalmente pelo fato de existir incontestável dependência da maioria eleitoral miserável aos senhores “coronéis”.

Diante disso, o poder público para aliciar o apoio do “eleitorado da fome” necessitava de antes obter o apoio do coronel específico praticamente “dono do voto e da vontade” do povo daquela determinada região. O poder privado, mesmo que decadente, era alimentado pelo poder público nessas condições, resultando então, no sistema “coronista” cujas características principais resumiram-se em mandonismo, nepotismo, falseamento do voto, desorganização dos serviços públicos, entre outros.

III - O coronel, o doutor, o militar e o padre: estruturas de poder e influências políticas

Na liderança política municipal encontra-se o “coronel”, o chefe político que ora foi o grande fazendeiro e ora foi também o médico ou advogado cujo conhecimento deu-lhe o prestígio necessário para receber do povo o título tão importante para política da época: o de coronel. Obviamente, o conhecimento não foi a única variável que o levou a chefia municipal, somado a isso existiam as habilidades de comando, o parentesco e as alianças políticas com outros coronéis. As categorias de chefes políticos no Brasil dividiam-se em coronéis e doutores. Onde o primeiro, além de ter o domínio de sua fazenda, congregava consigo outros fazendeiros, era o principal fornecedor para o comércio da cidade, garantia clientela para advogados e médicos e nomeava ou demitia funcionários arbitrariamente ou não. O segundo atuava pelo poder da inteligência, prestígio da palavra e serviços prestados seja como médico ou advogado. Rubens do Amaral descreve essa relação de completude entre essas duas categorias de chefias locais:

Muitas outras vezes, em simbiose: o coronel entrava com a influência pessoal ou do clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates da vereança quando havia oposição. (**O Chefe Político**).

O padre também tinha a função em algumas localidades, de líder intelectual aliado ao “coronel”. A influência moral do ministério religioso atuava no aumento de prestígio político tanto do coronel quanto do padre. Para Vítor Nunes Leal (1986) em *Coronelismo, Enxada e Voto*, “[...] qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto”. (p. 23, 1986). O que seria então o voto de cabresto citado por Nunes Leal?

O coronel além da influência econômica e social que exerce como dono de terras, tem sobre si o auxílio da força eleitoral e atua de maneira ampla na jurisdição de seus dependentes compondo rixas e desavenças e exercendo funções policiais, com ou sem caráter oficial, auxiliado por empregados ou capangas cujo papel nas lutas políticas locais, represálias, crimes políticos e lutas de famílias, foram muito relevantes. A população empobrecida, faminta e ignorante tira das terras do coronel a sua subsistência. Este coronel, que no seu “tempo real” é o fazendeiro “remediado” com propriedades, mas sem disponibilidade financeira e com o gado sob penhor à terra hipotecada, é para o roceiro um homem “rico” em comparação com a sua extrema miséria. O coronel é “remediado” justamente porque usa do poder político para se remediar. Em Lagoa de Roça tanto os “coronéis prefeitos” do início da história política do município, quanto os “prefeitos coronéis” da atualidade usaram e usam do poder político para manter ou tornar sua condição financeira abastada e confortável.

O coronel proprietário de terras tem os meios de obter financiamentos e nos momentos de aperto, é a “salvação” do roceiro que compra fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou toma emprestado dinheiro para outras necessidades. A idéia de “prover” é uma prática utilizada desde sempre e sobre esse coronel provedor Domingo Velasco declara:

É o fazendeiro, o “coronel”, quem assiste o **jeca** nas suas dificuldades de vida, é quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades. Criou-se desta forma, desde a colônia, um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontrastável, imposto pelas contingências do meio (Domingos Velasco, **Direito Eleitoral**, p. 127).

Víctor Nunes Leal (1986) de forma objetiva, também retrata a sorte desse roceiro tão dependente de seu senhor de terras e declara:

[...] completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. (Nunes Leal. 1986. p.25).

A maior parte do eleitorado nacional da década de 1940 era formado pela população rural. Sendo na visão de Oliveira Viana (O Idealismo da Constituição), “os párias sem terras, sem lar, sem direitos e sem justiça”. Esses trabalhadores rurais de integral dependência de seus senhores, ainda que tivessem consciência de seus direitos, jamais poderiam exercê-lo de

forma autônoma. Do mesmo modo que o coronel era um provedor, podia ser um repressor, punindo qualquer ato de independência desse pária, com a expulsão, o imediato despejo de suas terras ou até mesmo a morte.

Para Faoro (2012), o coronel era uma espécie de intermediador entre o povo e o governo. Ele chama atenção para o fato de que o poder desse coronel estava mais fortalecido em áreas cuja capacidade financeira do município era baixa, e sua dependência do Estado mais elevada no tocante a polícia, justiça e empreendimentos de obras públicas. Diante desse quadro de um município dependente do Estado e desestabilizado financeiramente o coronel atuava na mobilização da segurança coletiva protegendo o agricultor ameaçado pela violência, a seca e as inundações. E essa relação de compadrio e proteção é também estendida aos próprios coronéis entre si, onde elegia-se o *compadre-mor*, que representasse os demais coronéis, entrosado com as categorias estaduais para lidar com a polícia, com a justiça, obter uma estrada, pleitear uma ponte e recomendar um pobre cidadão.

IV - Os embates políticos em Lagoa de Roça: uma emblemática campanha do “tostão contra o milhão”

Em 1988, Lagoa de Roça foi cenário de uma importante disputa eleitoral com campanhas políticas relevantes. O embate se deu entre o agricultor João Florentino de Souza, conhecido por “João Boi” (PMDB) e o industrial Genival Donato de Lima (PL). A campanha conhecida como “do tostão contra o milhão” retratava algo raro na política de Lagoa de Roça: a candidatura de um popular contra outro da elite.

Segundo relatos da família, “João Boi” era trabalhador assalariado, sem posses, homem simples e analfabeto, porém bastante esclarecido de seus direitos e deveres. Entrou na política influenciado pela história de seu pai José Florentino de Souza, o “Zé Boi”, que foi um dos primeiros prefeitos do município e líder do Sindicato Rural por muito anos. “João Boi” sempre fora muito comunicativo e envolvido com o povo. Segundo afirmação de Dona Socorro sua esposa, ele sabia fazer alianças políticas como ninguém e, zelava pela sua palavra firme, jamais traíndo aquele com quem se juntara politicamente, mesmo que recebesse inúmeras propostas financeiras para isso.

Uma vez Severino Cabral, para João apoiar o filho dele para deputado federal chamou João dentro do quarto e disse “olhe seu João eu lhe dou tanto pra o senhor trabalhar pra meu filho”, aí ele [João] disse “Seu Severino olhe,

eu sinto muito... mas eu não vou fazer isso. Porque eu já tenho compromisso de palavra, não é de dinheiro não”. Que era com um candidato de Alagoa Nova. Aí foi quando Severino Cabral veio com uma porção de dinheiro, mostrou a João que disse ‘eu não sou homem pra receber dinheiro pra trabalhar pra ninguém, mesmo que eu não tivesse compromisso seu Severino Cabral eu não ia aceitar uma coisa dessa.¹

Durante a campanha para prefeito em 1988, “João Boi” percorreu toda zona rural de Lagoa de Roça de bicicleta. Como não tinha veículo e nem dinheiro para alugar qualquer carro ele aventurou-se em uma bicicleta emprestada e fez sua campanha saindo de casa em casa, de porta em porta, prática que remete ao tempo dos coronéis descrito por Faoro (2012) em sua obra *Os Donos do Poder*, (2012), “*era preciso (...) convencer um por um, doutrinar os mais empedernidos, dar exemplos de dedicação. (...). Quase casa por casa, por correligionários*”. Dona Socorro, viúva de “João Boi”, declara que a miséria que se verificava em cada setor rural trazia a ele inúmeras lembranças de seu tempo de criança quando passava muita fome.

Ele tinha muito desgosto porque não tinha condições de satisfazer o povo da maneira que ele via o povo como precisava. [...] ele como candidato não tinha condições...[...] porque ele foi muito pobre, passou necessidade... aí quando ele via aquele povo todo muito pobre, pedindo (...) só se lembrava do tempo dele. Do que ele passou...²

Em eventos de campanha “João Boi” organizava passeatas animadas por conjuntos de música, cuja função era conduzir o povo ao lugar do comício onde proferia seus discursos em lugares estratégicos sobre as responsabilidades cívicas de cada um. As bandas de música e os carros de som eram estritamente doações de amigos ou políticos, com interesses ou não, que simpatizavam com sua causa. Entretanto, eram comuns os “boicotes” por parte do grupo adversário a essas doações direcionadas ao candidato. Segundo relatos da família os correligionários de Genival Donato interceptavam os carros de som que se dirigiam a serviço de “João Boi” para realização de seus comícios. Tais carros, alugados por amigos, eram responsáveis por prestar o serviço de *marketing* da campanha. Essa interceptação dos carros de som era feita mediante uma espécie de suborno o qual poderia ser pago até mesmo o triplo do valor do aluguel do carro para que este não chegasse ao seu destino e não atuasse no comício determinado.

¹ Diálogo descrito por D. Socorro, entre João Boi e Severino Cabral em uma visita do deputado à residência de João Boi. Entrevista concedida em 20 de junho de 2014.

² D. Socorro em entrevista concedida em 20 de junho de 2014.

Outra forma de “boicote” eram os cortes da energia em dias de comício. No último comício realizado por “João Boi” o município passou por um apagão. No escuro, com a ajuda de seus eleitores, “João Boi” improvisou a iluminação por meio de vários lampiões pendurados em postes da praça a fim de dar continuidade ao seu comício que durou até o amanhecer. Para Mabel, filha de “João Boi”, estava evidente que assim como foi “provocado” o apagão, seria também fraudado o resultado das eleições.

A derrota de papai foi no último comício que foi feito aqui. Eles apagaram a energia (...) eu quase enlouqueço... Eu tremia tanto... Essa rua cheia de gente no escuro. Aí as pessoas foram atrás de lampião pra colocar na igreja aí assim, amarrado todinho nos postes. E essa rua cheia de gente, como um dia de São Sebastião amanheceu o dia.³

Contudo, o candidato Genival Donato industrial abastado e para o povo um “coronel” no sentido de arcar com despesas, realizava sua campanha sob a organização de grandes carreatas a fim de impressionar o eleitorado indeciso. Diferente de Genival, “João Boi” não possuía aquisição econômica sequer para enfeitar um carro de passeio, mas uma de suas estratégias de marketing se dava com um simples “teatro de bonecos” improvisado pelos seus filhos com um lençol. Nesse “teatro” os personagens “Suetônia” e “Josivaldo” ensinavam de forma humorada o povo a votar com consciência.

A gente fez uma marionete... era “Josivaldo” e “Suetônia”, o nome dos bonecos... [risos]. A Suetônia era eu e o Josivaldo era Marcos, menina, olhe esses bonecos mexeram com a última geração dos Donatos, eles se desesperavam... porque eles traziam (...) os carrões lá da real... era como um micro-ônibus, grande, bonito e enfeitado e por mais que eles fizessem a maior zuada, não tinha a euforia que tinha o da gente, (...) só com os bonecos... (...) as pessoas davam o lençol e a gente fazia aquele momento de teatro (...), mostrando ao povo como era pra votar.⁴

A campanha “do tostão contra o milhão” segundo Valter Santos (2001) era a campanha “*do verbo lírico e inflamado do agricultor contrapondo-se ao poderio econômico e a tradição oligárquica do industrial*” (pág. 84). A preferência da vitória nas pesquisas estava com João Boi, porém o resultado surpreendeu a cidade, onde Genival Donato vence o pleito com 205 votos a mais. Segundo a família de seu João Boi esse teria sido um resultado fraudado e, inclusive confessado, algum tempo depois, por alguns participantes do meio político de Genival. Porém não há provas quanto às supostas confissões de fraudes. Seja por

³ Mabel – sobre o último comício realizado por seu pai. Entrevista concedida em 20 de junho de 2014.

⁴ Mabel – sobre teatro de bonecos nas campanhas de João Boi. Entrevista concedida em 20 de junho de 2014.

vontade do povo ou por forte influência da elite, mais uma vez um “coronel vence a um popular” nos embates eleitorais.

V - A “Festa da Democracia” legitima os processos eleitorais corrompidos

Uma considerável parte do eleitorado brasileiro da década de 1930/40 residia e votava em municípios do interior. E, no âmbito dos municípios interioranos, o número de votantes rurais predominava sobre os urbanos. Nesse contexto de 1930/40 o eleitor rural é paupérrimo e dependente em praticamente tudo, do fazendeiro coronel. No tocante as despesas eleitorais é o fazendeiro e chefe local que custeia toda despesa do alistamento e da eleição, como esclarece Nunes Leal (1986):

Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (NUNES LEAL, p. 35, 1986).

Juarez Távora, coronel e militar na década de 1930-40, em depoimento prestado na Constituinte de 1933-34, ressaltava a degradação dos pleitos custeados pelos cofres públicos onde o eleitor rural não possuía condições nenhuma de ir até a sede do município para votar. Passando a ser, portanto, essas despesas eleitorais de inteira responsabilidade do fazendeiro. Domingos Velasco, também em depoimento à Constituinte de 1933-34, referiu-se ao prejuízo resultante da falta ao serviço e aos gastos eleitorais do roceiro por parte do serviço público. Velasco afirmava que “seria impossível formar o eleitorado, se não houvesse o chefe municipal que alicia o eleitor e paga-lhe as despesas”. No dia da eleição é o chefe municipal quem organiza os meios de transporte, os alojamentos e a alimentação de centenas de eleitores. A despesa da hospedagem é ainda mais alta, pelo fato de no interior, os eleitores comparecerem na véspera da eleição e só regressarem para casa no dia seguinte à eleição. Como explica Velasco, “durante esse tempo, eles não despendem um real, nem mesmo com as diversões que são obrigatórias nos povoados em dias de pleito eleitoral”.

Nas eleições atuais, principalmente em cidades pequenas do interior, a prefeitura fica responsável pela maior parte da frota de carros que conduzem gratuitamente os eleitores da zona rural aos seus lugares de votação e de volta para casa. Existem também os carros sob o comando da oposição para fazerem esse mesmo trabalho, desde que estejam todos inscritos em uma espécie de cadastro do T.R.E para controle de transportes de eleitores. Nesses casos,

surtem as peculiares “caronas” oferecidas por cabos eleitorais e correligionários com o intuito maior de convencer, durante o percurso, o eleitor indeciso a votar em favor de seu candidato. As formas de convencimento poucas vezes se restringem a apenas uma “inocente conversa”, na maioria dos casos, acontece a distribuição das chamadas “notinhas voadoras” de vinte e cinquenta reais bastante úteis no processo de conquista do eleitor. Ou seja, a velha prática da compra de votos que não precisa de um lugar ou um contexto específico para se manifestar, basta apenas a visualização de um “eleitor alvo” para que a prática aconteça onde quer que esse eleitor se encontre.

Outra interessante característica das eleições atuais é a estratégia de “sujar a imagem do candidato adversário”. Nesse tipo de estratégia, propositadamente alguns carros circulam pelo município de forma indiscreta com material de campanha do candidato adversário a fim de chamar atenção das autoridades para uma suposta compra de votos e propaganda ilegal. Consequentemente essa ação prejudica o candidato adversário de forma a “sujar sua imagem” perante a justiça eleitoral criando chances de fazê-lo perder o mandato caso chegue a vencer a eleição. Apesar de ser bastante utilizada em municípios do interior essa estratégia raramente funciona como uma arma realmente eficaz para impedir que o candidato adversário governe caso eleito.

Ao final do dia de votação as principais ruas do município de Lagoa de Roça são tomadas pelas cores do candidato vencedor. A vitória de uma oposição por exemplo, traz um forte sentimento de “vingança” cujas reações variam entre agradecimentos, congratulações, xingamentos e provocações das mais torpes. No último pleito para chefia municipal no ano de 2012, um correligionário da candidata eleita Socorro Cardoso do PMDB, de forma provocativa, entregou um cabo de enxada ao candidato a vice-prefeito Ramalho Alves do PSDB não eleito. Outro eleitor, integrante do grupo organizador de campanhas dessa mesma candidata, saiu na madrugada do dia seguinte ao pleito, de porta em porta de alguns eleitores adversários para atirar fogos de artifício “ao pé de suas janelas”. Essa travessia “perturbadora do sono” era também acompanhada por uma trilha sonora de músicas de campanha tocadas em um paredão.⁵

Tanto em 1930/40, quanto em dias atuais a eleição não é apenas um procedimento para escolha de um representante, mas sim uma grande festa cujas “almas são lavadas”, a honra é conquistada, recuperada ou perdida e os gritos, muitas vezes entalados nas gargantas

⁵ Potentes caixas de som ligadas a automóveis. Tais caixas acopladas uma em cima da outra lembram uma espécie de parede, recebendo dessa forma o apelido de “paredão”.

por anos a fio, são liberados e ecoados na atmosfera do município como uma espécie de libertação. E não muito diferente dessa “festa da democracia” que ocorre nos dias atuais de eleição, o pleito eleitoral da década de 1930/40, não se tratava de uma mera eleição de chefes políticos municipais, era um verdadeiro evento, uma festa que acontecia antes, durante e depois das votações.

VI - Dos “agrados” à dependência: manobras coronelísticas para “amarrar o voto” do eleitor

O coronelismo, na visão de Raimundo Faoro (2012), “... *se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento [...], dos interesses e reivindicações do eleitorado rural*” (FAORO, p. 711, 2012). Em Lagoa de Roça, como exemplo do que afirma Faoro (2012), podemos citar a prática política exercida pelo senhor João Boi candidato a vice-prefeito e do senhor Alípio Bezerra candidato a prefeito no pleito de 1993, onde em parceria com deputados e governo estadual, faziam o atendimento diariamente da população rural, em qualquer coisa que se precisasse, remédios, alimentos, médicos, materiais de construção etc., e ao final de cada semana, prestavam contas com os deputados ou governador de tudo que foi gasto, para ressarcimento. Todo o atendimento inicialmente era custeado pelo chefe local, onde posteriormente, no decorrer de cada final de semana é que era recebida do governo a quantia exata do que foi gasto semanalmente.

Ele fazia o seguinte... [...] com os deputados, fazia a despesa da semana... por exemplo, o povo pedindo as coisas, [...] tirava do dinheiro dele, “entregava”, “dava” o que o povo precisava na medida do possível... nem tudo podia se dar. Aí quando era no final da semana o político vinha e pagava aquela despesa que era feita durante a semana.⁶

Assim como Nunes Leal (1986), Faoro (2012) também defende que as despesas eleitorais sempre estiveram nas mãos dos chefes locais:

As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções

⁶ Dona Socorro viúva de seu João Boi em entrevista concedida em 20 de junho de 2014.

públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos (FAORO, p. 711, 2012).

Não muito diferente do eleitorado brasileiro da década de 1930/40, o eleitorado nordestino segue em seu contexto ainda “amarrado” e, em parte dependente do candidato atual. Em Lagoa de Roça, o eleitorado atual tem como “salva-guarda” o “prefeito-coronel”, o qual tratarei com mais detalhes posteriormente. Seja para um remédio, um bujão de gás, uma cirurgia, óculos, a carteira de habilitação e até mesmo o caixão na hora da morte, o “prefeito-coronel” é solicitado de imediato para resolver tais questões. Alugueis pagos pela prefeitura e combustíveis cedidos para carros de terceiros são fatores comuns nas gestões municipais.

E em relação ao dia de pleito em Lagoa de Roça, este não se resume a uma mera escolha de governantes. É um dia de decisões. Um dia de definições do futuro do eleitor dependente do gestor municipal. O sustento de famílias inteiras, em vários casos, encontra-se nas mãos do “prefeito-coronel” que, por sua vez, depende da vitória para perpetuar essa ação sustentadora. Não basta o eleitor “fulano” votar no candidato “azul”, é necessário que o primo, o tio, os filhos, os irmãos, os pais e os agregados também se façam presentes com seus votos, de maneira clara e contundente, antes e durante o pleito. Diferente do eleitor da década de 1930/40, o eleitor atual não tem sobre si um capanga munido de uma espingarda a impor-lhe e vigiar-lhe o voto. O eleitor lagoarrocense de hoje tem sobre si uma imposição, uma vigilância e uma ameaça que atua na mentalidade. Ou seja, “se eu perder essa eleição, você também perde as regalias ou seu emprego”, ou “você tem de votar comigo e mostrar-se do meu lado nas manifestações de campanha para conseguir aquele trabalho ou aquela casa de conjunto que vai sair por parte do governo”.

Se o eleitor da década de 1930/40 esteve preso ao “coronel prefeito” por desconhecer seus direitos, por não ter condições suficientes para escapar da fome sozinho e pela violência desse coronel na imposição de seu voto. O eleitor lagoarrocense de 2012, por sua vez, segue preso ao “prefeito coronel” pelos benefícios que desfruta e que, em boa parte dos casos depende e pela idéia de ser a prefeitura o único lugar da provisão, de onde se tira o pão a pôr à mesa.

Voltando ao passado verifica-se, portanto, que é nesse dia de eleição que o roceiro extremamente pobre da década de 1930/40 é “agraciado” com algo que paliativamente alivie sua miséria. Seja por um calçado, uma roupa, comida, diversão, seja por outro favor qualquer, o roceiro tem sempre algo a ganhar a mais para exercer um direito que para ele é ignorado: o uso de um procedimento democrático. Como afirma Faoro (2012), “o eleitor vota no

candidato do coronel não porque tema a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda.” (FAORO, p. 714, 2012), Portanto, “*é, [...], perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente*” (NUNES LEAL, p.36,1986).

Víctor Nunes Leal (1986) também chama a atenção para as pequenas mudanças que começaram a acontecer nesse panorama eleitoral. Ele verifica no eleitorado rural da década de 1930/40 algumas “traições” dos empregados aos fazendeiros. Tal fato é atribuído em parte à propaganda radiofônica que vai se expandindo na cidade, lugar cada vez mais acessível ao trabalhador rural, pelo uso generalizado do transporte rodoviário. Posteriormente, o rádio é introduzido nas fazendas, com utilização por meio de bateria que soluciona parcialmente o problema da energia. Outro fator culminante nas “traições eleitorais” é a migração durante a guerra de trabalhadores rurais para atividades urbanas, como construção civil, empreendimentos industriais e bases *militares*. Segundo Nunes Leal (1986), “*a maior facilidade de arranjar emprego nas cidades e as notícias que a respeito lhes chegam [...], aguçam o nomadismo da população rural [...]*” (p.36-37, 1986).

VII - “Para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei”: o coronel sobrevive nas peculiares perseguições das gestões municipais

No tocante aos melhoramentos locais, é verificável a acusação ao coronel da falta de espírito público. Para Nunes Leal (1986), o coronel não é poupado e por ser “*responsável, em grande parte, pelas vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, é frequentemente acusado de não ter ideal político*” (p. 37, 1996). Rubens do Amaral, por exemplo, sai em certa defesa ao coronel nesse ponto declarando que a falta de espírito público atribuída ao coronel, muitas vezes, foi desmentida por seu apressamento ao progresso do distrito ou município no qual fazia parte.

“Foi seu trabalho inicial a criação do distrito policial e depois a do distrito de paz. [...]. Pedidos de um ginásio, uma normal, um instituto profissional. Tudo ele devia solicitar e conseguir, fosse pelo seu amor à cidade e ao progresso, fosse sob a pressão da opinião pública, que exigia esses melhoramentos a ninguém mais senão ao chefe político, que os arrancaria dos governos ou seria tido como um fracassado, incapaz para sua função” (RUBENS DO AMARAL, p. 57-8).

Por ter o coronel uma mentalidade centrada apenas no seu município, um descaso em relação aos defeitos ou qualidades dos candidatos às eleições estaduais ou federais e, seus interesses na maioria das vezes, sobrepondo os da pátria gerou-se no espírito de muitos brasileiros, e principalmente dos derrotados nas eleições, uma profunda descrença nas possibilidades do regime democrático de nosso país. O mais relevante nesse fato é que, na visão de Víctor Nunes Leal (1986), *“esse ceticismo perdura até o momento em que o interessado, concorrendo à nova eleição do lado governista, se possa beneficiar dos votos inconscientes do ‘coronel’”* (p.37,1986).

Acontecimentos como esse, também são verificáveis nas eleições de 2012 em São Sebastião de Lagoa de Roça. O opositor de hoje, acusador das práticas “pouco republicanas”, poderá ser o líder de amanhã, mantenedor de práticas semelhantes ou ainda piores. Não se tratarão mais de “coronéis prefeitos” eleitos com os votos de roceiros paupérrimos e dependentes. Trata-se agora, de “prefeitos coronéis” cuja eleição se deve aos votos “amarrados” de funcionários diretos e indiretos da prefeitura, moradores de aluguel pagos pela mesma, comerciantes “fornecedores” nas obras municipais e eventos e, toda uma zona rural favorecida com maquinário, remédios, médicos, ambulâncias, transportes e água em tempo de seca. Esse tipo de eleitor é exemplo do que se pode chamar também de votos inconscientes ou “votos de cabresto” da atualidade. Sobre a generalização em torno do coronel, Nunes Leal (1986) conclui que: *“[...] é fora de dúvida que a mentalidade municipal tem predominado em nossas eleições. Mas é um erro supor que o chefe local assim procede por mero capricho ou porque nele não tenha despontado ou esteja pervertido o sentimento público. [...]”*.

Nunes Leal (1986) defende que o coronel, atuando em seu cenário municipal, não é pior e nem melhor do que os chefes que circulam nas esferas mais largas. Estes, por sua vez, têm sua origem, na maioria dos casos, no próprio cenário municipal. O problema a ser resolvido encontra-se em nossa estrutura social.

Os políticos “estaduais” e “federais” – com exceções, é claro – começaram no município, onde ostentavam a mesma impura falta de idealismo, que mais tarde, quando se acham na oposição, costumam atribuir aos chefes locais. O problema não é, portanto, de ordem pessoal, [...] ele está profundamente vinculado à nossa estrutura econômica e social” (Nunes Leal, p. 38, 1986).

Além dos fatores já apontados, na compreensão da liderança municipal, há ainda a concessão dos favores pessoais listados por Nunes Leal (1986) em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, aos quais são: o favorecimento com emprego público, empréstimo de dinheiro

e animais para viagens, crédito em casas comerciais, contratação de advogado, “preparação” de testemunhas, providencia de médico ou hospitalização nas situações urgentes, passes na estrada de ferro, pousada e refeição, impedimento da tomada de armas de seus protegidos pela polícia ou restituição das mesmas, batizar filho ou apadrinhar casamento, redigir cartas, recibos e contratos, compor desavenças e forçar casamento em casos de descaminhos de menores. Esses são exemplos de concessões praticadas pelo chefe municipal em prol do roceiro onde, “[...] muitos desses serviços são prestados, [...] mediante remuneração irrisória, ou inteiramente gratuitos” (Nunes Leal, p. 38, 1986).

O paternalismo intrínseco do coronel também tem seu outro lado da moeda, que é negar o pão ao adversário. No favorecimento dos aliados, o chefe local segue em uma linha tênue entre o legal e o ilícito, partindo muitas vezes, para o domínio da delinquência. Porém, Nunes Leal ressalta que, “[...] a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (p. 39, 1986). A vitória eleitoral termina por coroar essa reabilitação, onde é estabelecido como regra que, “em política, [...] só há uma vergonha: perder!”. Nesse contexto, temos o nepotismo como grande desorganizador da administração municipal.

Considerando que os governos estaduais e federais possuem grande dificuldade em conseguir funcionários capazes, improvisando então, na contratação de técnicos de forma imediata e sem planejamentos, a situação dos municípios mais pobres chega a ser ainda pior. Somado a ausência de organização, controle ou liderança administrativa em algumas municipalidades, temos a utilização do dinheiro, bens e serviços do governo municipal nas campanhas eleitorais. Práticas como essa ainda muito comuns nos pleitos de Lagoa de Roça. Aquele que está no “poder” não se abstém de utilizar a “máquina” (prefeitura) a seu favor em dias de campanha. E aquele que se apresenta como oposição, deverá ter sempre a consciência de que batalhará, não apenas contra um adversário político, mas sim contra um adversário que detém, além dos pontos positivos de sua gestão, o poder da “máquina” forte e atuante na compra de votos, troca de favores e serviços públicos.

Outro ponto a ser ressaltado é o “mandonismo” manifestado nas perseguições aos adversários. Sob o lema de “*para os amigos pão, para os inimigos pau*” (NUNES LEAL, p. 39, 1986), ou como afirmava Getúlio Vargas, “*para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei*” as relações entre chefes locais e adversários seguem com raras cordialidades. O mais observado é a hostilidade manifestada de várias formas, principalmente na ausência de relações sociais - com clubes e cafés separados -, provocações, desfeitas, mudança de nomes

dos logradouros e estabelecimentos públicos, demissões de funcionários, falta de calçamento ou iluminação em ruas determinadas, sabotagens e até mesmo a violência.

Em Lagoa de Roça, temos como exemplo o caso das quadrilhas juninas, onde na quadrilha municipal as vagas eram reservadas a apenas eleitores do “15”⁷, partido do gestor da época. Aos eleitores do “22” a oposição, estavam vetadas quaisquer chances de entrar na quadrilha e até mesmo assistir aos ensaios. No tocante às festas municipais, também verificou-se como atuação excludente o fato de que era tomada como uma afronta a presença dos eleitores da oposição à festa de Santo Antônio, que passou a existir após a morte do prefeito “Toinho do Bar”. Essa festa foi criada em homenagem ao prefeito morto e em devoção ao Santo Antônio. Como um trocadilho intencional entre os nomes “Antônio” do santo e do prefeito as comemorações datadas no mês de agosto tinham por função muito mais “eternizar” Toinho do Bar na memória coletiva do povo de lagoa de Roça, do que necessariamente festejar a divindade do santo padroeiro da festa.

VIII - O Casamento entre Governos e Municípios e sua Resistente Trajetória de muitos Conchavos e Alianças

Um dos fatores de maior contribuição na preservação do “poderio coronelístico”, no que se refere aos seus dependentes municipais, está na diminuição do poder público que conseqüentemente, permite ao coronel inúmeras condições de exercer, extraoficialmente, funções que seriam próprias do Estado. No entanto, é necessário ressaltar que a generalização de novos meios de transporte e comunicação ao longo do tempo vem reduzindo essa ausência do poder público, e em seguida, a atuação do poder privado. Porém, o Brasil tem sua organização agrária pautada na manutenção da dependência do elemento rural ao fazendeiro. Essa dependência, por sua vez, impede o contato direto dos partidos com esse eleitorado que é também majoritário em relação ao eleitorado urbano e suburbano. O partido do governo estadual vê-se obrigado a jamais dispensar o dono de terras nessa relação entre poder local e poder regional.

Se o sistema de compromisso entre o governo estadual e o poder local segue de forma harmoniosa, o “coronel” desempenha uma grande parcela de autoridade pública, em

⁷ O 15 e 22 refere-se aos números representantes dos partidos de PMDB-15 e PSDB-22 nos anos 2000 em Lagoa de Roça.

um sistema de reciprocidade, típico do coronelismo, que Nunes Leal (1986) descreve como: “[...] de um lado, [...] os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante do Estado, [...], que possui, [...], o cofre das graças e o poder da desgraça” (NUNES LEAL, p. 43, 1986). O prestígio próprio do coronel somado ao prestígio de empréstimo do poder público, funcionam de forma dependente. Sem a liderança do “coronel” seria inexistente a obrigação de tratamento de reciprocidade por parte do governo e, por sua vez, sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” diminuiria significativamente.

No que se refere historicamente ao município de Lagoa de Roça, Valter Araújo dos Santos (2001), afirma que Pedro Moreno Gondim foi o primeiro governador a visitar o município. Acompanhado por líderes políticos, a caravana do governador adentrou a cidade sobre o som de prolongada girândola de foguetões em sua homenagem. Lagoa de Roça recebeu o governador de maneira comemorativa, que proferiu seu discurso de campanha explanando suas pretensões a respeito do município e do Estado após a vitória. Eventos como esse, são comuns na relação entre poder local (poder dos coronéis) e poder instituído (governo). Essas relações, porém não se dão de maneira arbitrária, mas são baseadas em laços de parentesco ou amizade, dotes pessoais e conchavos. Emílio Willems esclarece a vantagem dessa relação na política local de poder privado e estatal para o coronel:

No Brasil, o patrimonialismo lançou raízes nas estruturas políticas locais dominadas por latifundiários. A velha e bem conhecida competição entre poder estatal e poder “privado” geralmente é favorável a este. O governo da metrópole e, mais tarde, o governo imperial e republicano são obrigados a transigir com o chamado poder privado. Com a democratização relativa do País, o poderio dos senhores locais tende a crescer, pelo eleitorado que dominam e podem jogar na balança política. (WILLEMS, p. 06).

Embora o chefe municipal participe hoje da representação política estadual ou federal, sua escala política deu-se nas relações de parentesco, amizade, conchavos, como já citados anteriormente e, principalmente, pelo sistema de reciprocidade e patrimonialismo. Esse patrimonialismo das estruturas políticas manifesta-se de forma peculiar, onde um chefe público vindo a ocupar um cargo de comando na organização político-administrativa torna-se previsível a ascensão de grande parte de pessoas de sua terra. Parentes, vizinhos e amigos passam a ocupar cargos de “responsabilidade” ou de “confiança” em torno do potentado da vez. Essa forma de familismo e nepotismo são aspectos de um patrimonialismo baseado em relações de lealdade e confiança pessoal.

Toda ação do “coronel” em torno de seus jurisdicionados depende do apoio da situação política estadual. A exemplo dos favores pessoais, é com o chefe municipal que o Estado se entende nos assuntos de interesse do município, onde os funcionários estaduais que servem no lugar são indicados exatamente por esse chefe local. Esse apoio também se faz importante no que se refere aos serviços públicos. As municipalidades na maioria das vezes enfrenta enorme deficiência de recursos para suas necessidades. É com o auxílio financeiro do Estado que as obras básicas como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgoto e rede elétrica são empreendidas no município. A liderança de um administrador municipal perdura pelo tempo que ele realiza benefícios para seu território. Sem esses benefícios alcançados, não encontrará apoio.

Quanto ao Estado, a despeito do apoio que fornece aos municípios, seus recursos também são diminutos e muitas vezes insuficientes para a demanda. Nesse caso, é necessário saber distribuir cuidadosamente os favores de utilidade pública. Em um critério de reciprocidade eleitoral os municípios cujo governo encontra-se nas mãos dos aliados, ganha prioridade nos atendimentos. Sobre esse jogo de trocas Nunes Leal (1986) declara que *“é, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista”* (NUNES LEAL, p.45, 1986). Nas despesas eleitorais, embora os chefes locais assumam algumas responsabilidades financeiras, é de praxe a utilização dos cofres públicos para socorro dos candidatos nos momentos de emergência. Os auxílios se efetuam de diversas maneiras, em dinheiro, pagamento direto de serviços, concessão de transportes, oficinas gráficas, material de propaganda, etc. na maioria das municipalidades parte de seu mínimo recurso é destinado a essa finalidade.

Víctor Nunes Leal (1986) também trata de outro ponto nessa relação entre governo estadual/federal e o município: a oposição ao governo. A oposição é sempre uma situação bastante desconfortável, onde o mais viável é sempre evitá-la. Os coronéis opositoristas obviamente não tiveram a chance de ficar junto ao governo de nenhuma forma. Em meio as “batalhas” ferrenhas das correntes políticas municipais está a disputa pela preferência do governo do Estado onde o objetivo não está em ir de encontro ao governo no território do município para se fortalecer enquanto oposição, mas sim disputar o privilégio de apoiar esse governo e nele se amparar.

Em Lagoa de Roça, porém, existe um fato curioso: a oposição ao governo do Estado não se encontra preocupada em abater o governo, nem em apoiá-lo e receber seus amparos. A grande jogada da história está em conseguir um bom número de eleitores para “vender” seus

votos ao candidato estadual ou federal que seja também oposição a atual gestão do governo do Estado. O termo “vender” refere-se ao seu sentido real de trocar o voto de cada cidadão por dinheiro. Seria o que popularmente se chama de “vender as cabeças-de-gado” – o voto de cada eleitor - onde o representante oposicionista do município recebe uma quantia determinada em dinheiro e, em troca retorna com um bom número de votos para aquele candidato a deputado estadual ou federal com quem se efetuou os acordos de venda de votos. A pergunta crucial nesse acaso é se o eleitor tem ou não a consciência de que está vendendo o seu voto. Na maioria dos casos a resposta é sim. O povo cria suas formas de se valer da prática de compra e venda de votos. Embora existam as exceções onde o voto do eleitor é conquistado pelo representante da oposição ao governo no município e depois vendido para o candidato interessado sem que o eleitor saiba que alguém está recebendo somas de dinheiro pelo seu voto. Esta é uma boa forma de enriquecimento fácil dentro das esferas políticas do município de Lagoa de Roça.

IX - A Revolução de 1930 e a “reformulação” do coronel

Sobre a Revolução de 1930, Júlio Belo, senhor de engenho no Nordeste, declara que *“a palavra de ordem era o achincalhe e a desmoralização dos proprietários rurais, de política diversa de supostos “paladinos” revolucionários”* (FACÓ, p. 201, 1991). Apesar de ter sido o movimento revolucionário de 1930 como um forte golpe desferido contra o poder político dos coronéis latifundiários, sobretudo nordestinos, o coronel sobreviveu a esse revés.

Desde o início, os coronéis pareceram “entender” a acentuada tendência burguesa do movimento de 1930 quando lutavam determinados contra os revolucionários da Aliança Liberal. Por meio de uma espécie de coligação os coronéis seguiam reunidos em acordos intermunicipais para suprir a ausência do comando do governador. O pacto mais importante realizado foi o de 4 de outubro de 1911, que reunia os chefes políticos de dezessete municípios do vale do Cariri sob o comando do Padre Cícero, coronel mais poderoso e notável dos sertões. O seguinte tratado, chamado “Haia Mirin”, demonstrava em suas cláusulas a crescente resistência dos coronéis senhores de terras ao governador.

Na zona sertaneja da Bahia, Franklin Albuquerque e Horácio de Matos, coronéis bastante conhecidos da região, já mobilizavam seus jagunços contra os revolucionários organizando seis batalhões com 500 homens efetivos em cada. E mesmo com toda produção de um verdadeiro “exército de jagunços”, o movimento de 1930 sai vitorioso, decretando a

prisão dos principais chefes da Bahia, entre eles Franklin e Horácio. A deposição de cargos políticos sofridas por outros coronéis também foi comum nas atitudes desse movimento revolucionário, assim como também o “misterioso” assassinato do coronel Horácio de Matos na cidade de Salvador.

Tendo como missão a campanha de desarmamento da população sertaneja, as perseguições de armas em poder dos latifundiários atingem o Ceará e Pernambuco. Segundo testemunha e participante da Revolução, citada por Otacílio Anselmo (1957) em sua obra *O Ceará na revolução de 30, “foi aquela, sem dúvida, a medida mais salutar da Revolução; e até hoje a única repressão à prepotência do coronelismo no sertão, cujos alicerces foram abalados pela primeira vez”*. (ANSELMO, p. 38, 1957). O próprio Padre Cícero, grande coronel e fundador da cidade de Juazeiro, viu os seus domínios vasculhados e retirado o seu retrato da sede da municipalidade de Juazeiro.

Para Rui Facó (1991), em sua obra *Cangaceiros e Fanáticos*, “era o fim”, toda essa medida tomada pela Revolução de 1930 representava o fim do coronel, de sua arbitragem incontestada e de sua força política nas comunas interioranas. O golpe desferido contra o coronelismo, entretanto, não se restringia a iniciativa regional, vinha do alto, munida de um ato governamental, que parecia ter o objetivo de “tolher” por todos os lados as asas do coronel do interior ou de seus possíveis pressupostos. Parecia realmente um fim absoluto, mas era apenas o término de um ciclo do coronelismo que voltaria a atuar posteriormente sob outras formas.

A burguesia na força das armas se ergue em uma maior parcela de poder nos domínios do latifúndio e impõe agora a sua presença nomeando os prefeitos das municipalidades e controlando, mais tarde, as finanças municipais por meio da fiscalização, segundo a Carta Constitucional de 1934. A mudança do movimento revolucionário ocorreu apenas entre as posições de *vencido* e *vencedor*. O sistema da velha aliança continua o mesmo, não havendo necessariamente uma ruptura entre burguesia e latifúndio. A dominação nos municípios, antes restrita a coronéis, depois de 1930, passa a se configurar nas mãos de uma nova classe conciliadora de interesses entre o coronelismo e a burguesia local.

Depois de 1930, as mudanças do movimento revolucionário trazem ao coronelismo uma “nova roupagem”, um novo jeito de atuação, por intermédio, não mais da força, da violência ou do domínio completo de uma região miserável, mas sim agora, por meio da lei. A partir daqui o coronel começa a se tornar prefeito. Diante dos fatos marcantes da revolução Facó (1991) conclui, “... não se combateu, por palavras ou atitudes, a revolução

triunfante...” (FACÓ, p. 202, 1991), o que se fez foi adaptar-se a mesma em um movimento de “se não se pode com o inimigo, una-se a ele”!

X - O Poder Consolidado das Oligarquias Paraibanas

A fundamentação das oligarquias nordestinas teve por base a operação destas no processo de constituição do espaço regional. Por definição, essas oligarquias são tratadas nesse contexto como grupos dominantes de específicos setores econômicos e do comando da política local, trazendo em sua formação os laços de parentesco, de compadrio, matrimônio e concordância de interesses econômicos e políticos. Como ponto de partida para entendermos a consolidação do poder das oligarquias, faz-se necessário explicitar um pouco do que foi a chamada formação de pequenas “regiões” no Nordeste, lugar de origem das oligarquias locais.

A divisão social do trabalho, partindo do ponto colonial açucareiro, desencadeou o processo de formação de “regiões” dentro do Nordeste que se diferenciavam e ao mesmo tempo, se complementavam, gerando em seu interior os “embriões da oligarquia local” (GURJÃO, 1994). Com o poder de tutela do capital comercial e usuário, os proprietários de terras e de comércio comandavam a produção mercantil auxiliando na administração colonial e, de forma contraditória, organizavam paralelamente a base do seu próprio poderio em Câmaras Municipais e Comandos das Ordenanças.

Com a implantação da República, adotou-se o federalismo, abandonando a antiga divisão territorial do país em províncias. Na sucessão das províncias seguem-se os Estados, que constituíram o eixo do processo político estabelecendo pela “política dos governadores”⁸ a relação de compromissos mútuos entre as oligarquias dominantes, reforçando então, todo um sistema oligárquico. Essa relação que tinha por objetivo acabar com a constante instabilidade do sistema político federativo tratava-se de um compromisso político entre governo federal e oligarquias sob uma espécie de “aliança de poder”, onde os grupos que governavam o Estado deveriam apoiar integralmente o presidente da república e, este por sua vez, só reconheceria vitória eleitoral daqueles candidatos ao cargo de deputado federal cujo partido estivesse inserido nessa aliança.

⁸ Sob a presidência de Campos Salles (1898 – 1902) é firmado um pacto de poder chamado “Política dos Governadores” baseado em um compromisso político entre governo federal e oligarquias.

Entendido, portanto, o que foi essa relação de reconhecimento e apoio mútuo por parte do governo federal e oligarquias, a pergunta que se levanta é: Por qual razão esse compromisso político se tornou importante e eficaz nas relações políticas das oligarquias? A resposta pode ser encontrada no poder de autoridade do presidente da república e na sua prerrogativa de conceder o diploma para aqueles que foram eleitos para o cargo de deputados federais, a chamada *diplomação* atualmente. E ainda que vitoriosos no pleito eleitoral, tais candidatos só poderiam tomar posse e exercer sua atividade política se estivesse em seu poder este valioso documento oferecido somente pelo governo federal: o diploma.

A base central dessa estrutura de poder se situa nos redutos coronelísticos, onde é ativo o controle do eleitorado e as relações entre coronéis e governo federal e estadual intermediadas pelos oligarcas. Esse sistema oligárquico-coronelístico no Nordeste é marcado por constantes disputas inter-oligárquicas devido às debilidades econômicas e políticas e a rigidez de sua estrutura social. No entanto, o Estado Nacional atua nesse processo como uma espécie de unificador e moderador, congregando as oligarquias regionais em uma ordem burguesa.

Embora nem toda oligarquia possua um coronel e, nem todo coronel seja obrigatoriamente parte de uma oligarquia, coronelismo e oligarquia constituem em alguns casos, instancias de poder relacionadas e de origem em comum. Sua articulação é ativa na estrutura de dominação municipal onde também se estende ao âmbito dos poderes estaduais, regional e central. Segundo Eliete Gurjão (1994), coronéis e oligarquias teriam uma relação de compromisso em que o coronelismo corresponderia ao núcleo da estrutura de dominação, exercida pessoalmente e desenvolvida no plano do poder local e, as oligarquias teriam por função maior intermediar a influência do coronelismo às demais instancias do poder.

Em um movimento de redefinição do mandonismo e apogeu da política oligárquica a estrutura de poder na Paraíba se constituiu no processo de reestruturação do espaço nordestino. No entanto, foi com peculiaridades e movimentos próprios que a produção econômica do estado direcionou as suas oligarquias e seus posicionamentos na hierarquia do poder. As oligarquias locais ganharam prestígio e privilégios frente ao poder estadual alcançando representação política direta, fato que estimulou contradições inter-oligárquicas refletindo no plano político em acirradas disputas entre a facção situacionista e oposicionista.

Eliete Gurjão (1994) chama atenção para o fato de “que situacionistas e oposicionistas constituem ambos, segmentos da classe dominante representada por suas oligarquias” (1994), onde a diferença que os separa está em possuir ou não o aparelho do

Estado. A base da estrutura de poder permanece, no entanto rural, inserida na propriedade de terra, na dominação exercida por coronéis do algodão ou do açúcar e na representação política de suas oligarquias.

A elite política paraibana seguiu sob o monopólio dos meios de produção e da máquina estatal unida no controle da população trabalhadora, circunscrevendo o conflito político às diversas facções oligárquicas. Esse conflito vem da disputa de um “lugar à sombra”, um aparato que sustente toda uma parentela no poder por meio do domínio das produções e mercado do algodão. Sobre a configuração dessas oligarquias Linda Lewin (1979) descreve:

... uma coligação facilmente identificável de umas três dúzias de famílias extensivas ou parentelas, que exerciam um monopólio sobre a terra, os mercados, o trabalho e outros recursos numa economia de extrema escassez. Seu sistema político, de redes baseadas em parentesco, informalmente definido, dependia economicamente, em grande parte, do seu domínio da produção e do mercado do algodão. A competição para adquirir o controle de terras e de mercados, conseqüentemente desencadeou a base do conflito entre as principais famílias (LEWIN, p. 7, 1979).

A disputa principal das parentelas⁹ estava no controle da política dos municípios, onde monopólio de poder de empreguismo e cargos burocráticos era chave crucial para alcançar esse controle municipal. Como principais exemplos na Paraíba temos os Suassuna de catolé do Rocha e os Cunha Lima de Areia. Durante a Primeira Republica lutas entre famílias no interior da Paraíba eram rotineiras. As oligarquias situacionistas e oposicionistas travavam seus embates nos municípios sob uma base de corrupção e violência, nas quais eram comuns as ordens de coronéis a “seus cabras” na elaboração de emboscadas e agressões aos adversários. E para maior eficácia na efetuação do “serviço” chegavam a se valer até de articulações com bandos de cangaceiros. Não diferente de hoje, a melhor situação para se estar no âmbito da política era ser governista. Nos anos vinte estar ao lado do governo era a chance de receber carta branca no poder do município. A parentela governista tinha sobre si a autoridade de manobrar o aparelho administrativo, militar, a justiça e a autoridade eclesiástica.

XI - Os Abusos de Poder e as Atuais “degolas” no Poder Executivo

⁹ Entende-se por parentela não só os grupos consanguíneos, mas também os agregados, tais como cunhados, sogros, noras, genros, afilhados, padrinhos, etc.

Por ser o Estado o responsável pela nomeação do poder executivo municipal, a oligarquia local dirigente comprometia-se com o apoio incondicional ao executivo estadual e, em contrapartida, recebia do mesmo plena liberdade de atuação. Os coronéis mais influentes da localidade ou pessoas de sua indicação geralmente tornavam-se os prefeitos dos municípios permanecendo indefinidamente no cargo independente das comprovações de corrupção. Entre os grandes abusos de poder praticados pelos prefeitos estão as eleições manipuladas, a utilização dos cofres públicos municipais, a polícia para garantir a vitória no pleito e como o ápice de violência os crimes de morte.

Historicamente Lagoa de Roça não fugiu à regra no impedimento “a qualquer preço” de um candidato ocupar o poder. Ainda que não se tratasse de um candidato oposicionista, em plena campanha eleitoral, o candidato à reeleição municipal Toinho do Bar é atropelado em meio a uma passeata numa suposta tentativa de assassinato. Toinho durante toda campanha vinha afirmando em seus palanques que estava sofrendo ameaças da oposição de que caso fosse eleito jamais assumiria. Esse estudo de caso será explanado com detalhes mais adiante no segundo e terceiro capítulos deste trabalho.

Em se tratando da época atual, o que aconteceu com Toinho pode ser considerado uma espécie de “degola metafórica”. Sobre a “degola” Eliete Gurjão (1994) explica que na década de 1930/40, “caso fossem eleitos elementos do partido da oposição, a comissão de reconhecimento se encarregava da “degola”, eliminando a possibilidade de que estes assumissem os cargos” (1994). A batalha eleitoral acontecia antes do pleito em uma disputa de recrutamento de maior número de eleitor possível, sendo comum a recorrência de práticas de alistamento clandestino quando preciso. Atualmente não existe mais a Comissão da Degola, porém assistimos a vários procedimentos democráticos ou não, para impedir que os “indesejáveis” cheguem ao poder. Na nossa história política republicana a Lei da Ficha Limpa, desfiliações partidárias provocadas por presidentes de partido, candidaturas barradas em convenções partidárias, retirada de legenda do possível candidato, utilização de cabos eleitorais para “dissecar” a candidatura retirando apoios do candidato na base das câmaras municipais, tomada de partido e eliminação política, social e até física, são exemplos muito atuais de novas práticas de “degola”.

Em Lagoa de Roça, por exemplo, o cenário político das campanhas de 2014 contou com uma inusitada “mistura” entre PMDB e PSDB no que diz respeito às chefias municipais e candidatos à chefia governamental. O então senador Cássio Cunha Lima do PSDB em ação

estratégica a fim de vencer o pleito para o comando do Governo do Estado passa a formar alianças com a maioria das chefias municipais inclusive de partidos rivais como o PMDB. O fato curioso desse processo de alianças é que em várias localidades o candidato a governador Cássio Cunha Lima obteve apoio de situacionistas e opositores municipais causando certo “desconforto” nos eventos de campanha sobre quem deveria ocupar os palanques. Em Lagoa de Roça estavam ao serviço de campanha para o candidato do PSDB ao Governo do Estado tanto a prefeita eleita Socorro Cardoso do PMDB quanto seu maior opositor Ramalho Alves do PSDB.

Essa “junção” entre situação e oposição provocada por Cássio trouxe um caso interessante ocorrido no município de Lagoa de Roça que foi a perda da presidência local do partido PMDB das mãos de Socorro Cardoso. Após uma rápida carreta onde “desfilavam” em um mesmo carro aberto o candidato Cássio Cunha Lima-PSDB, a prefeita Socorro Cardoso-PMDB e seu atual opositor local Ramalho Alves-PSDB, uma fotografia dos três é levada ao senador José Maranhão presidente geral do PMDB na Paraíba, por Arnaldo Santos um outro opositor local à prefeita. No intuito de “angariar” a presidência do partido PMDB Arnaldo Santos utilizou-se da fotografia em mãos e sem muitos esforços convenceu o senador José Maranhão de que o partido PMDB no município de Lagoa de Roça não se encontrava mais nas mãos de aliados. Após a reunião “delatora” e munido de todas as orientações cabíveis “recebidas do Zé” Arnaldo forma outra comissão de partido, seguindo na mesma semana para João Pessoa e com sucesso realiza seu intento de tomar o PMDB e quem sabe até lançar-se no futuro candidato pelo mesmo. A chegada de Arnaldo em Lagoa de Roça com a “grande notícia da tomada do PMDB” tornou-se um verdadeiro evento com direito a fogos e discursos inflamados no carro de som em frente à prefeitura. Este foi um dia que marcou a história do município pelo fato de pela primeira vez um partido ter sido “tomado” não por meio de armas de fogo ou denúncias de corrupção, mas através apenas de uma “inocente fotografia”, a mais recente atitude de “degola” que podemos observar.

Nos capítulos seguintes veremos que Lagoa de Roça não se diferencia no que diz respeito às práticas dessa nova forma de se fazer campanhas. Conchavos, alianças e ações republicanas ou não, ocorridas no município sob esse novo viés de organização em partidos políticos serão explicitadas mais adiante a fim de mostrar algo primordial neste trabalho: mudamos as formas de se fazer política, utilizamos de procedimentos políticos democráticos, mas a nossa cultura política republicana ainda configura-se variavelmente antidemocrática e coronelística.

CAPÍTULO 2

A ATUAÇÃO DO PREFEITO CORONEL: A SOBREVIVÊNCIA DO CORONELISMO ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE MANDONISMO E MANIPULAÇÃO

O município de São Sebastião de Lagoa de Roça está localizado no planalto da Borborema e sua história política se inicia com o desmembramento do município de Alagoa Nova no ano de 1961. Em 15 de novembro de 1938, é criada a vila de Bultrins em homenagem aos índios Bultrins que teriam habitado o lugar. A vila de Lagoa de Roça é então desmembrada de Alagoa Nova em 20 de dezembro de 1961, passando a se chamar por escolha do Deputado Estadual Antônio Vital do Rêgo, *São Sebastião de Lagoa de Roça*.

I- As Práticas Políticas na Conquista do Voto e os Grupos Dominantes em Lagoa de Roça

O voto não era para o cidadão lagoarrocense algo de importância. Como descreve Nunes Leal (1986), a respeito do que é a relação entre coronel, roceiro e voto o povo de São Sebastião de Lagoa de Roça também construiu tal relação na base da troca de favores ao coronel. Sendo, dentre outras coisas, uma “criação” da elite para se perpetuar no poder, o voto tornou-se também uma espécie de mercadoria. Valter Araújo dos Santos (2001), autor do livro *São Sebastião de Lagoa de Roça – Anotações para sua História*, da fundação até emancipação política, declara:

Todavia, (...), o voto acabou se transformando em uma mercadoria de barganha. Some-se a isso o fato de que os candidatos pertenciam esmagadoramente à elite. Raramente surgia um candidato genuinamente popular. Quando isso acontecia, não tinha a menor possibilidade de ser eleito. Um ou outro político da classe média destacava-se e era eleito, porém já tinha devidamente absorvido a ideologia da classe dominante (Santos, p. 60, 2001).

Sobre o sistema eleitoral Santos (2001) declara que “[...] era um emaranhado de toma lá, dá cá”, cujos interesses particulares se colocavam acima dos interesses públicos do município. O grupo político dominante lagoarrocense era respeitado e mantinha seu “curral eleitoral” à base dos “votos de cabresto” com relação bastante estreita de prestação de favores, ofertas de empregos públicos, doações de terras e demissões dos desafetos. Nas palavras de Santos (2001), “durante muitos anos, nosso curral eleitoral serviu aos compadres e aos coronéis de forma incondicional”, não muito diferente do contexto descrito por Nunes Leal (1986) em *Coronelismo, Enxada e Voto*. Esse grupo dominante atuava dessa forma desde a época de emancipação política do município e seus principais líderes se revezavam no poder. Quatro famílias detinham influência no município, tanto política quanto economicamente.

A emancipação de São Sebastião de Lagoa de Roça enfrentou inúmeros obstáculos até a sua efetivação. Em 20 de dezembro de 1961, Alípio Bezerra de Melo, José Rodrigues Coura e José Florentino de Souza, conseguem a aprovação do projeto de emancipação da cidade pelo Coronel Cunha Lima do município de Areia e o juiz Gentil Cunha França.

Entre dezembro de 1961 e maio de 1962 é nomeado Prefeito Municipal Rogério Martins Costa e em 01 de junho de 1962 com apenas quatro meses de prazo para as eleições de 07 de outubro de 1962 é nomeado prefeito provisório José Florentino de Souza. De 1962 em diante seguem eleitos, em uma espécie de “revezamento de um mesmo grupo”, com exceção dos prefeitos Antônio Pedro dos Santos e Ramalho Alves Bezerra, os seguintes prefeitos e vice-prefeitos:

- **1962 a 1966:** Prefeito – Alípio Bezerra de Melo; Vice-prefeito – Mário Gonsalves de Lima.
- **1966 a 1970:** Prefeito – Genival Donato de Lima; Vice-prefeito – José Florentino de Souza.
- **1970 a 1973:** Prefeito – José Gonsalves da Cunha; Vice-prefeito – Daniel Gregório da Rocha.
- **1973 a 1977:** Prefeito - Daniel Gregório da Rocha; Vice-prefeito – Severino José Cardoso.
- **1977 a 1983:** Prefeito – Antônio Donato de Medeiros; Vice-prefeito – Genival Donato de Lima.
- **1983 a 1989:** Prefeito - José Gonsalves da Cunha; Vice-prefeito – João Florentino de Souza.
- **1989 a 1992:** Prefeito – Genival Donato de Lima; Vice-prefeito – Alípio Bezerra de Melo.
- **1993 a 1996:** Prefeito – Alípio Bezerra de Melo; Vice-prefeito – João Florentino de Souza.
- **1997 a 2000:** Prefeito – Antônio Pedro dos Santos; Vice-prefeito – Pedro Joaquim de Araújo.
- **2001 a 2004:** Prefeito – Ramalho Alves Bezerra; Vice-prefeito – José Primo Tomaz.

A sequência acima ao mesmo tempo em que denuncia o familismo evidente no sistema político local, também ilustra os laços que compõem essa permanência no poder de grupos familiares que se alternavam na gestão municipal. Mário Gonsalves de Lima por exemplo, é pai de Genival Donato de Lima e Antônio Donato. José Florentino de Souza é pai de João Florentino de Souza. José Gonsalves da Cunha é cunhado da esposa de Genival Donato de Lima. Antônio Pedro dos Santos é primo segundo de Ramalho Alves Bezerra, que por conseguinte, é tio de Lúcio Flávio Bezerra prefeito (2009-2012), continuando após 2004 a prática de revezamento no poder entre parentelas. E, por último a Sra. Socorro Cardoso prefeita eleita para gestão de 2013-2016, é filha de Severino José Cardoso vice prefeito na década de 1970.

Santos (2001) defende que foi herdado de Alagoa Nova, por essa sociedade lagoarrocence “*um comportamento político mesquinho, radical e partidário*” (p. 61), onde lutas de classes e disputas foram sempre bastante acirradas. As práticas anti-republicanas,

fruto de nossa cultura política autoritária, se fizeram presentes de maneira considerável nas campanhas políticas ao longo da história de Lagoa de Roça. Na campanha de 1983 era comum para o eleitor se dirigir ao cartório para registrar o nascimento de uma lista de filhos que, provavelmente teve ao longo dos quatro anos antecedentes e só em tempo de campanhas teria a chance de registrar à custa de determinado político. Ganho de passagens, ida ao médico, cesta básica e até mesmo sandálias havaianas¹⁰, as “japonesas”, eram usadas como “isca” para atrair o eleitor e assegurar seu voto por meio da “palavra dada” e que em hipótese alguma podia se voltar atrás.

Em 1988, a prática assistencialista mesclava-se com as atitudes “pouco republicanas” que provinham principalmente do candidato de situação da época. A energia da cidade, por exemplo, era “misteriosamente” cortada no momento em que se iniciava o comício do candidato da oposição¹¹. O impedimento das propagandas políticas adversárias em carros de som por meio de subornos aos detentores dos carros, bem como, as chacotas e provocações com carcaças de cabeças de boi jogadas nas portas do eleitor do candidato da oposição “João Boi”, eram de costume nas campanhas desta época.

Em 1992, as eventuais gratificações para funcionários da prefeitura que produziam além do que seu cargo exigia só eram pagas àqueles que votavam na situação. Outra prática que passa a ser utilizada é a da assistência “na hora da morte”, quando famílias enlutadas recebiam do político todo o aparato próprio do funeral, tais como flores, grinaldas e caixão. Esse tipo de assistência perdura até os dias de hoje em Lagoa de Roça para com as famílias pobres, disputando apenas com o grupo de plano de saúde Digna que, por ter um custo relativamente acessível, tornou-se também uma opção para organização de funerais. Mas isso já é outra história!

Ainda nas campanhas de 1992, não se pode deixar de citar a grande demanda de materiais de construção que passa a ser principal¹² prática de troca de votos no município. Em cada setor da zona rural lagoarrocense há sempre duas ou três casas que graças a um “bondoso político” tiveram seus telhados trocados, seus banheiros construídos ou seu “ piso assentado”¹³.

¹⁰ As sandálias havaianas na década de 1980 eram apelidadas de “japonesas” por lembrarem os tamancos de madeira usados pelas gueixas do século XIV, os chamados zori.

¹¹ Este fato está inserido com mais detalhes no capítulo 1 deste trabalho.

¹² Essa distribuição de materiais de construção tem sua origem em Lagoa de Roça desde as campanhas da década de 1960, porém, toma força no município a partir da década de 1990.

¹³ Na década de 1990, ainda existiam inúmeras casas na zona rural com o chão de terra batida.

Todo esse relatório das práticas citadas acima ajuda a entender um pouco do que foram as campanhas de 1996 e 2000, e o que elas representavam na cultura política do município, além de revelar o tipo de sociedade que deu origem ao político Toinho do Bar. Sua forma de fazer campanha na base do assistencialismo, no “jeitinho” dado para atender o povo, nas atitudes, muitas vezes, autoritárias para com os adversários e nas estratégias de conquistar o voto popular, seja pelo estômago do eleitor, ou seja pelas idéias do candidato, é fruto da mesma cultura política que originou os Donatos e que permeou sua história, o ambiente onde cresceu e a sociedade em que estava inserido. Como vamos observar ao longo desse segundo capítulo, nos relatos da sua história de vida não havia outra forma de se conceber política na visão de Toinho do Bar além desta recheada de práticas coronelísticas em maior ou menor intensidade. Essa mesma cultura política que aceita e utiliza-se da prática de um corte de luz para um comício é também a cultura política capaz de chegar ao último estágio das atitudes anti-democráticas em uma eleição, que é o crime de morte.

O estudo de caso “Toinho do Bar”, morto por atropelamento em plena passeata com seus eleitores na campanha de 2000, mostra-se como um exemplo do ápice dessa atitude anti-democrática por ser até hoje considerado pela população como não um acidente, mas sim um assassinato. Não somos democráticos e não acreditamos que o jogo eleitoral se dê apenas na urna. Temos uma cultura política autoritária que para conquistar ou manter a estrutura de poder vale tudo. A campanha de 2000 denuncia, neste estudo de caso, a fragilidade da nossa democracia. No mesmo período em que se utilizou, pela primeira vez na Paraíba, procedimentos formais democráticos como as urnas eletrônicas, também se configurou um cenário violento em que ocorre um suposto assassinato, um crime de morte no âmbito eleitoral.

II- O Político Toinho do Bar: “Eu sou do Povo, Trabalharei pelo Povo e pelo Povo Morrerei”

Antônio Pedro dos Santos, mais conhecido como “Toinho do Bar”, nasceu dia 09 de Junho de 1959 no município de São Sebastião de Lagoa de Roça. Estudou em escola pública, concluiu o curso ginásial nesta cidade e posteriormente o curso científico em Campina Grande. Aos 20 anos foi aprovado no vestibular para o curso de economia, porém por questões financeiras abandonou os estudos para se dedicar ao trabalho. Desde a infância o

trabalho de António Pedro era no comércio ajudando seu pai, quando adulto abriu seu bar de onde se originou o apelido de “Toinho do Bar”.

Toinho fomentou uma imagem própria de “homem do povo”. Por ser de origem humilde, utilizava-se de um “trato diferenciado” com o povo, mais acessível e que buscasse atender a necessidade dos mais pobres. Com certa atenção voltada aos mais carentes Toinho buscou se fazer querido e popular afim de também por esse caminho facilitar a sua inserção na política local. Em 1989 foi eleito vereador pelo partido do PMDB e, também eleito presidente da Câmara no mesmo período sob o lema de *“Eu sou do povo, trabalharei pelo povo e pelo povo morrerei”*.

Antes de empreender o bar, Toinho era proprietário de um pequeno mercadinho no centro da cidade. Seu estabelecimento por muitas vezes foi o cenário de muitas queixas expressas pela população a respeito das gestões municipais vigentes. Por ser comerciante e conhecer muita gente, Toinho se deparou em vários momentos com as injustiças e a pobreza que assolava o município na década de 1980. Segundo o que afirma o seu irmão Arnaldo Santos¹⁴, “assistir tamanhos descasos com a população gerou nele um sentimento de revolta, uma inquietação de que precisava fazer algo para mudar e melhorar a vida daquela gente”. Ainda na década de 1980, com o apoio do grupo de Alípio Bezerra de Melo, Toinho toma a decisão de entrar na política e é eleito vereador em 1989 com 205 votos pelo partido PMDB. Após isso Toinho muda seu estabelecimento de mercadinho para bar.

III- A Campanha de 1996: O Rompimento com o Grupo Dominante

Em 1996, oito anos após do primeiro embate entre duas classes surge novamente outro embate político em semelhantes condições. António Pedro dos Santos, o “Toinho do Bar” (PMDB), disputa o pleito contra Antônio Donato de Medeiros (PL), pertencente a elite local. Toinho foi vereador eleito por duas vezes, uma em 1989 e outra em 1992. Sua entrada para a vida pública se deu sob o apoio desse mesmo grupo dominante ao qual agora era adversário. O vereador Toinho do Bar na década de 1980, tinha por apoio político Alípio Bezerra de Melo e seu grupo. Sendo no entanto, esse ato de “desbancar” um grupo de elite muito mais o fruto de um rompimento político, do que necessariamente uma “ascensão” proveniente apenas do povo. Toinho era aliado de Genival, mas apesar de estar inserido em seu grupo, não compactuava com as mesmas idéias e interesses. Por conseguinte, a formação

¹⁴ Entrevista concedida por Arnaldo Santos em junho de 2014.

política desse grupo remontava desde a emancipação em 1961, e tratava-se de famílias com considerável influência local que se perpetuavam cada vez mais no poder ao longo dos anos. O embate a ser enfrentado por Toinho do Bar no ano de 1996 era com indivíduos remanescentes das famílias tradicionais da região, tais como os Carvalho, Tavares, Coura, Gregório e Donato. Ressaltando esta última como um dos mais atuantes e firmados grupos políticos lagoarrocenses, com um tempo de dominação e detenção do poder de mais de 30 anos consecutivos.

Na campanha de 1996, seu rival político o também Antônio, era um dos “nomes fortes” que a elite local defendia. Antônio Donato de Medeiros nasceu em 29 de julho de 1939 em São Sebastião de Lagoa de Roça. Estudou em escola particular e concluiu o 2º grau. Antônio Donato foi pecuarista, dono de fazenda de criação de gado, gerente da “Empresa Real”, sócio da “Empresa de Transporte Batalhão”, dono da “Empresa Maranata” e proprietário da panificadora “Nossa Senhora de Lourdes”. Sua inserção na vida política foi como prefeito eleito em 1976 acompanhado pelo seu irmão e vice-prefeito Genival Donato de Lima, cuja gestão baseou-se em pouco contato com povo, dando prioridade à organização das finanças do município onde obteve êxito significativo entregando a Prefeitura para seu sucessor sem dívidas e com saldo positivo em caixa.

A campanha de 1996 foi uma das mais importantes na história política do município. O candidato Toinho do Bar, ao final dos comícios movimentava o povo com passeatas cada vez maiores, entusiasmando correligionários, demonstrando força aos indecisos e desafiando adversários. Em dias de campanha a cidade parava. Toinho era o líder que vinha do povo, líder que se declarava a mudança que necessitava a lagoa de Roça, a grande chance apresentada aos lagoarrocenses para a concretização de um governo em que o povo fosse ouvido. Seu adversário, o candidato Antônio Donato era o “coronel” que inúmeras vezes socorreu o necessitado. Seguia firme em sua maneira de fazer campanha, não voltando atrás em suas palavras, procurando sempre ser direto em suas convicções e não hesitando em dar um não quando necessário. Por seu jeito, algumas vezes duro, era considerado impopular e acusado de ter a sua vontade e os seus desmandos acima do povo.

IV- Toinho o “bem feitor”: as Estratégias de Campanhas, os Discursos Populistas e a Vitória

Segundo Monalisa Lustosa¹⁵, Toinho era representado como “... um político que buscava uma maior visibilidade na sociedade, constituída a partir de uma ênfase constante acerca de sua preocupação em mostrar ao povo que poderia confiar nele” (p.8, 2007), ou seja, seu discurso girava em torno de priorizar em seu governo o bem estar da população nas mais diversas áreas como saúde, segurança, educação e meio ambiente. Introduzindo-se no imaginário popular como um “bem feito” e aquele que traria a mudança e a inovação política no município, Toinho expressa um discurso populista, carregado de sentimentos e promessas como se pode observar em suas primeiras palavras após a vitória de 1996:

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pela eleição, não esquecendo também o povo, por ter me conduzido a esta vitória. Prometo administrar com comunhão de pensamento e ação, desempenhando o meu trabalho, honrando até o fim o meu mandato (...) eu sou do povo, trabalharei pelo povo e pelo povo morrerei... (Toinho do Bar).¹⁶

Denunciando um forte esquema de corrupção, do qual não se permitia ser conivente, Toinho rompe com a oligarquia Donato e faz de suas denúncias a sua maior bandeira de combate proferida em seus discursos de campanha no ano de 1996. Suas atitudes e sua forma de fazer política rompem completamente com a configuração das campanhas políticas de até aquele momento no município de Lagoa de Roça. A campanha de 1996 se torna importante pelo seu ineditismo, no tocante as formas de embate, agora em igualdade de nível político. Com oponentes considerados “muito fortes” o pleito se configura como uma “caixinha de surpresas” sobre seu resultado, ainda que na visão de boa parte da oligarquia Donato a campanha já estivesse mais uma vez ganha.

O povo completamente envolvido nas concentrações populares carregava consigo para as passeatas, carreatas ou comícios, sempre um objeto simbólico como uma camisa, um boné ou um broche que o identificasse como eleitor dos Donato ou de Toinho. No que diz respeito ao comportamento político, a campanha de 1996 traz consigo um anexo de interessantes histórias e curiosidades de fatos muitas vezes cômicos entre os eleitores.

Existia um tipo de provocação que ao passar um eleitor de Toinho por algum grupo de eleitores dos Donato, o grupo gritava um “aaai” como forma de assustar e chacotear o eleitor adversário. Da mesma forma, como resposta, os grupos de eleitores de Toinho

¹⁵ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Autora da monografia “Do Bar ao Altar: Tramas políticas e representações em torno de “Toinho do Bar” em Lagoa de Roça (1988-2007).

¹⁶ Trecho do discurso da vitória de Toinho do Bar retirado da monografia de Monalisa Lustosa, p.8, 2007.

entoavam um altíssimo “uuui” logo que avistavam algum solitário eleitor dos Donato. Tanto o “ai” quanto o “ui” tinham um significado importante para a época. Era uma espécie de recado para o adversário, um código que o alertava, sempre num tom ameaçador e escarnecido que a “lapada ai ser grande” no resultado das votações, e adversário que se preparasse! Intrigas também faziam parte desse enredo, nas quais eleitores divergentes ainda que amigos adotavam certa “ética” de deixar de se falar para não receberem o título de “espiões” ou “traíras”, como exemplifica um antigo eleitor: “*Você era do lado de Toinho, eu do lado dos Donato... aí era obrigatório que nós deixássemos de nos falar senão o nosso partido acharia que nós estávamos ‘infiltrados’*”.¹⁷

As expressões de comprometimento vindas da parte do eleitor serviam como uma espécie de “termômetro eleitoral” para os candidatos. O nível de popularidade e a força política dos mesmos eram analisadas de acordo com a quantidade de pessoas que compareciam aos seus eventos e a qualidade com que as festas eram realizadas. Os comícios, eram na verdade “showmícios” equipados com bandas de música, e em alguns casos, comidas e bebidas de graça para a população. O candidato que atraísse para si maior atenção do povo via seu favoritismo legitimado, o qual também era expresso por meio de divertidas paródias musicais, muito comuns, nas campanhas deste município. Na Campanha de reeleição de Toinho do Bar, uma das paródias mais conhecidas foi a da música de Tom Oliveira “Deixar a casa e morar no Cabaré”, que provocava tanto o candidato a prefeito adversário quanto seu vice, como podemos observar na letra abaixo:

*Toinho está eleito
 Porque o seu povo quer
 Vai mandar um “passar bicho”
 E outro “empacotar café”. (2x)
 Que estavam derrotados
 Eles já sabiam...
 Porque o nosso povo gosta de democracia.
 Só vota em gente humilde que gosta de trabalhar
 Por isso pra prefeito vote em Toinho do Bar.
 Toinho está eleito
 Porque o seu povo quer
 Vai mandar um “passar bicho”
 E outro “empacotar café”. (2x)
 Toinho pra seu povo sempre foi muito fiel
 Administra o novo e fez um bonito papel
 O nosso povo agora reconhece o que ele fez
 Por isso pra prefeito vote em Toinho outra vez.*

¹⁷ Entrevista concedida por Adriano Omnia via chat facebook em setembro de 2014.

A referida música já inicia-se com a certeza da vitória de Toinho não por méritos de trabalho, mas exclusivamente pela vontade do “seu povo”. O povo, na letra de tal paródia, não está alheio ao acontecimento eleitoral, não é algo a ser conquistado pelo candidato. O povo tornou-se parte dele. Como está referido no trecho *“Toinho está eleito porque o seu povo quer...”*, o povo não precisa ser convencido das qualidades de Toinho, não precisa conhecer seu trabalho e sua história, pois o povo se tornou dele, como integrantes de uma grande família, por ser ele, Toinho, um igual, um alguém que veio da pobreza e que entende as necessidades desse povo. Um outro trecho mais provocativo que diz, *“vai mandar um ‘passar bicho’ e outro ‘empacotar café’...”*, trata-se do candidato a prefeito da oposição Genival Donato e o seu candidato a vice Raimundo. O primeiro por ser o dono da fábrica de café “Patoense” e o outro por ser um bicheiro vindo do Rio de Janeiro.

Toinho construiu a imagem de si mesmo como popular e humilde. E por isso mesmo alguém que “assegura uma democracia” e ouve o povo. Essa característica construída é retratada também no trecho que diz, *“... porque o nosso povo gosta de democracia. / só vota em gente humilde que gosta de trabalhar / por isso pra prefeito vote em Toinho do Bar”*. Seja pelos discursos em palanques e reuniões, seja pelas atitudes receptivas e acessíveis de Toinho para com o povo, seja pelas suas músicas Toinho usou e abusou de sua história e de sua origem para fazer de si um “herói”. E no entanto, não era um “herói” qualquer, era um “herói” fiel ao “seu povo” que trabalhou e lutou pelos interesses populares e agora merece ser reconhecido no que fez e reeleito. Era preciso mostrar valor, e esse valor estava na sua fidelidade aos lagoarrocenses. O trecho final de sua música retrata bem uma sutil cobrança por parte do candidato para que o povo reconheça seu trabalho, seu valor e o reeleja. Como veremos logo abaixo:

*“Toinho pra seu povo sempre foi muito fiel
Administra o novo e fez um bonito papel
O nosso povo agora reconhece o que ele fez
Por isso pra prefeito vote em Toinho outra vez.”*

Nas campanhas do candidato Toinho as ruas de Lagoa de Roça eram invadidas por aglomeração de pessoas tanto atraídas pelo que era oferecido no evento (comidas e bebidas) quanto dispostas a ouvi-lo. Quem ficava até o final do comício provavelmente tinha a intenção de ouvir o candidato a chefia municipal que, na maioria das vezes, era o último a se pronunciar. Semelhante ao que acontecia nos comícios do candidato na década de 1980, “João

Boi”, o povo comparecia aos eventos e permanecia até o final interessado nas palavras daquele que se configurava gradativamente como nova liderança local. O relato a seguir traz os detalhes de como o povo fora atraído pela figura de Toinho do Bar:

(...) não existia artistas pra chamar público, o povão ia porque queria vê-lo falar, e olha que ele era sempre o último, mas as pessoas não arredavam pé. Qualquer um que usasse um mínimo de lógica, percebia que ali, naqueles palanques, estava a nova liderança do nosso município.¹⁸

As articulações políticas feitas por Toinho do Bar foram concebidas pela população do município como aceitáveis. Para o povo, era chegada a hora de mudar, e era para concretizar essa tão sonhada mudança que Toinho se apresentava naquele momento. Adentrando os lares, percorrendo ruas, visitando constantemente a zona rural, Toinho constrói uma imagem de si mesmo no imaginário popular como um alguém que possuía um dom especial para a política.

V - Assistencialismo e Demarcações Territoriais: Os “códigos de ética” e as Estratégias de Toinho do Bar

Toinho era antes de tudo um estrategista. Tinha os “pés no chão” no que diz respeito a números de votos. Para ele “ter *um* [voto] era como não ter nenhum, e ter *dois* era como ter *um*”. Para cada setor do município, incluindo zona rural, Toinho nomeava alguém “de confiança”, um líder político para assistir aquele setor em quaisquer necessidades. Esse alguém era sempre um candidato a vereador que morava e atuava naquele determinado setor. Servindo como uma espécie de articulador entre Toinho e o povo, esse candidato a vereador levava à Toinho a lista de necessidades básicas tais como remédios, bujão de gás, consultas médicas, óculos, contas de água ou luz a serem pagas, dentre outras. Na medida do possível cada coisa era atendida e, na hora da entrega dos “bens básicos” Toinho fazia questão de ir pessoalmente, juntamente com o líder político local, para deixar claro quem estava ajudando a quem estava recebendo o favor. A sua propaganda eleitoral era feita exatamente ali, no

¹⁸ Citação retirada de entrevista concedida por Heriberto Paulino (assessor de “Toinho do Bar” no ano de 1996) à Monalisa Lustosa em fevereiro de 2007.

entregar dos remédios nas mãos dos pobres. Essa presença de Toinho também tinha o objetivo de evitar eventuais “traições” que pudessem fazer propaganda do adversário às suas custas. Não muito diferente do coronel da década de 1940 e até mesmo do político lagoarrocense da década de 1970/80, Toinho “trocava” o voto das pessoas pelo “atendimento” das necessidades delas. Por conhecer o município como “a palma da mão” e ter origem humilde ele sabia quais eram as necessidades dos pobres em cada área do município. Este conhecimento tornou-se uma importante vantagem para que o candidato Toinho vencesse o pleito de 1996.

Estrategicamente Toinho nomeava os líderes políticos de cada território do município, mas jamais permitia que eles se envolvessem na comunidade sozinhos. Entretanto, estabeleceu como “código de ética” entre os líderes de seu grupo, que o líder de um determinado setor da zona rural, por exemplo, jamais poderia adentrar a localidade de outro líder de seu mesmo grupo a fim de conquistar votos. Essa atitude tinha como objetivo principal definir para cada território do município a figura de um líder único junto à figura do próprio Toinho do Bar fechando conseqüentemente todas as brechas que favorecesse o adentramento do candidato adversário. Esse “código de ética” disciplinador imposto por Toinho aos seus aliados denunciava nele um lado também controlador, uma característica de alguém que demarca seu território, manipula direta ou indiretamente o povo daquele setor e se faz presente mesmo que através de terceiros. Como fruto de uma sociedade de cultura política autoritária e antidemocrática, Toinho lança mão de atitudes, estratégias e maneiras de agir que lembram muitas vezes os coronéis de 1930/40.

VI - O “político-coronel” Toinho do Bar

Além de articulador e estratégico Toinho era também populista e acessível ao pobre a quem considerava “seu povo”. Percorrendo os vários setores do município, de porta em porta Toinho fazia sua campanha tomando cafés frios e fracos, comendo bolachas secas, frutas e bolos colocados à mesa, na maioria das vezes por quem só tinha aquilo a oferecer. Toinho considerava um desrespeito ao eleitor recusar qualquer refeição oferecida por saber que aquela era uma das formas de ser bem recebido, ainda que de forma humilde.

O assistencialismo inerente às atitudes de Toinho marcava sua maneira de fazer campanha. Em um caso específico, chegou a doar o fogão de sua própria casa a um eleitor por não ter outra coisa a oferecer como ajuda no momento. As características de controle/estratégia e populismo/assistencialismo fizeram parte da personalidade e do universo

de Toinho trazendo para si um certo destaque. A impressão que chega para quem conhece sua história é a de que existiam duas pessoas em uma só: o político e o coronel Toinho do Bar.

No pleito de 03 de outubro de 1996 Antônio Pedro dos Santos é eleito com a diferença de 1.131 votos de vantagem, desbancando 32 anos de um grupo que se revezava no poder político. A liderança do grupo anterior encabeçado na época pela família Donato é interrompida nesta vitória de 1996, onde se estabelece no poder um novo grupo político na liderança de Toinho do Bar. A vitória de Toinho comprovou sua forte popularidade entre os moradores do município. Porém, as velhas formas de fazer política somadas ao marketing de “homem do povo” foi o que favoreceu significativamente a sua vitória no embate de 1996.

VII - Toinho: “Aos Amigos Tudo, aos Adversários a Lei”

As políticas públicas da gestão de Toinho basearam-se no assistencialismo como forma de institucionalizar seu governo como “representante das necessidades e interesses populares”. Sob a prática de ir às ruas, ouvir o povo, conversar cara-a-cara com eleitores, buscar resolver problemas cotidianos dos mesmos seja com um conselho, uma ajuda nas despesas ou até mesmo o agilizar na construção de uma casa, Toinho trabalhou seu mandato de quatro anos buscando amenizar o sofrimento do povo que tantas vezes o inquietou.

Segundo relatos de eleitores que acompanharam o trabalho de sua gestão no município de Lagoa de Roça, Toinho foi o primeiro prefeito a inserir o programa de distribuição de leite e pão para as famílias carentes todos os dias, calçou ruas, limpou a cidade, distribuiu cadeiras de roda para deficientes pobres e também foi o primeiro a construir junto com o governo estadual um conjunto de casas populares. Essas casas eram entregues no nome das mulheres, das donas de casa, pois Toinho tinha a consciência de proteger de alguma forma essas mulheres que muitas vezes sofriam extrema violência de seus maridos. E para evitar que elas ficassem sem lar, a forma que ele encontrou de ajuda-las foi colocando cada casa no nome dessas mulheres. Como exemplo temos o relato de uma dona de casa, desempregada na época, sobre o dia em que ganhou a chave de sua casa própria das mãos de Toinho:

(...) Quando eu e minha cunhada fomos falar com Toinho sobre a minha situação, ele já conhecia meu marido. E como ele sabia do jeito do meu marido, que era violento, ele disse assim: “- Não se preocupe não Dona Lurde, só tem uma casa sobrando e ela já é sua!”. Meu marido teve uma raiva grande porque Toinho deu a casa a mim e não a ele. Aí chegou o dia de entregar a casa... e quando Toinho me deu a chave disse assim: eu tô lhe

dando essa casa e ela é sua! E ninguém vai lhe tirar dela, você só sai daqui quando morrer!”. Toinho tinha ficado sabendo que meu marido tava com muita raiva... Eu sou muito grata até hoje pela casa que eu recebi. Pra mim Toinho foi o melhor prefeito que Lagoa de Roça teve.¹⁹

Toinho também implantou mais postos de saúde no município, principalmente na zona rural, bem como a inovação do primeiro Programa de Saúde pra Família (PSF) e organizou um programa em que os médicos teriam a tarefa de consultar em casa os pacientes que estivessem impossibilitados de ir aos postos de saúde. Toinho procurou mostrar serviço e trabalhou projetos importantes para seu povo, porém foi severo com funcionários públicos. Funcionários adversários eram enviados para trabalhar em zonas extremamente distantes de onde moravam e o atraso de salários que era uma constante em seu governo. Toinho também colocou praticamente toda a sua família na administração da prefeitura em cargos de confiança e secretarias, dificultando assim todo diálogo e negociação que se pudesse ter entre eleitores adversários e os setores administrativos do município. Entre as suas duas facetas: a do prefeito que administra visando o bem estar da população e a do coronel que age como se a prefeitura fosse uma extensão da sua casa e de sua família, Toinho utilizava-se da primeira no trato com o povo e da segunda com aqueles que lhe foram oposição. Atitude bem dentro da velha regra de “aos aliados pão e aos adversários pau”!

VIII - A Campanha de 2000: O Dia em Que um Morto Venceu as Eleições

No ano de 2000, Lagoa de Roça é cenário de nova disputa eleitoral pelo poder municipal. Toinho lutava pela sua reeleição e tinha como adversário agora Genival Donato de Lima do PFL, ligado ao antigo grupo com o qual Toinho rompera há quatro anos e irmão do adversário anterior Antônio Donato. Genival Donato era filho da terra, agropecuarista e, foi por muito tempo, chefe político local, inserido no poder desde quando Lagoa de Roça ainda era distrito de Alagoa Nova. Genival foi vereador em Alagoa Nova no período de 1955 à 1958. Em 1962 foi eleito vereador pelo município de Lagoa de Roça e em 1966 assumiu pela primeira vez o cargo de prefeito da referida cidade. As práticas políticas do senhor Genival eram pautadas no “é dando que se recebe”, ou seja, práticas de trocas de favores que provinham diretamente dos costumes coronelísticos. Ao longo dos trinta anos seguintes,

¹⁹ Dona Lurde, secretária do lar, moradora do município de Lagoa de Roça e eleitora de Toinho, em entrevista concedida em Setembro de 2014.

quando seu grupo político dominava o poder local essa prática de troca de favores continuou atuando favorecendo sua permanência no poder público municipal.

Toinho foi vítima de preconceito racial e atentado contra sua vida. Por serem os eventos de campanha na época, em dias iguais para ambos os candidatos, era comum que a caravana do grupo de Toinho se deparasse em alguns trechos da zona rural com a caravana do grupo de Genival. Segundo relatos de Arnaldo Santos, irmão do candidato à reeleição Toinho, um dos atentados contra o candidato se deu na zona rural, onde fazia campanha no sítio Geraldo.

Também naquele mesmo setor do sítio Geraldo iria acontecer um comício do candidato Genival Donato e o seu grupo já se encontrava na localidade organizando o referido evento. Por precaução, devido os ânimos exaltados entre os eleitores durante a campanha, Toinho decidiu não passar pela estrada próxima ao local de comício de Genival. Tomando outra rota, Toinho foi orientado a trocar com seu irmão Arnaldo o veículo que sempre usava e seguir sozinho por um atalho, tanto pela sua necessidade de chegar mais rápido no centro da cidade, como também para despistar seus adversários de uma possível “emboscada”.

Após a troca de carros, Arnaldo Santos dirigindo uma D-20, acompanhado da candidata à vereadora Kátia²⁰ e mais alguns eleitores, seguiu viagem pelo mesmo caminho que iniciara. Contudo, em um determinado trecho foram abordados por grupo armado de paus e pedras, que se diziam “eleitores” de Genival. Arnaldo e todos os que se encontravam com ele foram atacados e espancados. Arnaldo Santos relata “Tive que dirigir abaixado a D-20 por uns 100 metros”²¹, para fugir do local do atentado, guiando o seu veículo perigosamente por um longo trecho, sem visibilidade do caminho para se livrar das pedradas. Naquele mesmo domingo, Toinho prestou queixa do ocorrido, mas não obteve nenhuma providência policial. Segundo Arnaldo a polícia teria sido subornada pela oposição para não tomar nenhuma atitude sobre o caso.

Toinho não escondia do povo que vinha sofrendo ameaças por telefone, nas quais declaravam que ele até poderia se eleger, mas não conseguiria assumir. Diante desse quadro de tensão os eventos de campanha foram alterados pelo Juiz eleitoral proibindo as carreatas a fim de acabar com as constantes brigas envolvendo eleitores. Segundo Arnaldo Santos, o grupo da oposição espionava Toinho a todo tempo para denunciar alguma infração em seus eventos à ordem do TRE. Não podendo mais organizar carreatas, Toinho elabora, para

²⁰ Seu sobrenome não foi informado.

²¹ Entrevista concedida por Arnaldo Santos em junho de 2014.

organização de um comício no sítio Santarém, um esquema de “caronas” junto seu irmão Arnaldo para levar ao local do evento o maior número de eleitores possível.

Em inúmeras viagens do sítio referido à cidade, Arnaldo trazia “de carona” vários eleitores que encontrava pelo caminho. E dessa forma, encheu o Santarém na noite do dia 09 de setembro de 2000 para ouvir o último discurso daquele que perderia sua vida horas depois, vítima de um atropelamento. Ainda no evento do Santarém, o então deputado estadual Robson Dultra relata os abusos que estavam ocorrendo nas campanhas eleitorais:

Boa noite a todos vocês minhas amigas e meus amigos, primeiro eu gostaria de prestar a minha solidariedade a Toinho do Bar e a todos os meus amigos, pelo desespero dos nossos adversários. Estão desesperados porque estão perdidos, e nós não vamos “na onda deles”. Nós vamos botar quando sair a política... vamos requisitar outras forças para que tomem as devidas providências e prendam os bandidos que estão por aí. A verdade é essa! (...) Eu hoje estou vindo aqui rapidamente, não viria nem hoje, porque tenho compromisso ainda em vários municípios. Mas por conta dos abusos, das agressões, dos desrespeitos que aí fizeram, eu não poderia deixar de vir aqui para publicamente prestar a minha solidariedade, e dizer que nós já vamos, como já estamos tomando, todas as providências... e segunda feira tomaremos o restante das providências e não vamos na onda dos desesperados porque nós estamos com a vitória certa, porque o povo é quem quer.²²

Segundo Arnaldo Santos, Toinho foi aconselhado a cancelar o comício, mas recusou. O comício foi então vigiado pela polícia a serviço do TER e acompanhado de um oficial de justiça. Era esperado que num dado momento os policiais e o oficial partissem e deixassem o comício, como era de praxe. Porém, isso não aconteceu, e Toinho ficou impossibilitado de trazer o pessoal nos carros devido à proibição de carreatas. Sem outras opções, Toinho decide e anuncia no microfone: “vamos todos a pé, inclusive eu!”. Seus amigos e correligionários tentaram o persuadir a ir no carro, mas Toinho estava irredutível. “Ele não chegou a andar 100 metros de onde ele saiu”, afirma Arnaldo Santos e, na madrugada de 10 de setembro de 2000, na BR 104, Antônio Pedro dos Santos seguindo a pé no meio do povo para a cidade, é surpreendido por um parati, de cor clara e sem placas. Segundo relatos, o carro se aproxima, desliga os faróis e depois parte em velocidade na direção de Toinho do Bar, atingindo também outros eleitores, matando um senhor também chamado Antônio e deixando outros com ferimentos graves.

²² Discurso retirado da gravação do último comício realizado por Toinho, horas antes de sua morte.

Na madrugada de 10 de setembro, Lagoa de Roça acorda mais cedo sob lamentações, muito choro e a frase proferida em todos os lugares: *o prefeito está morto, mataram Toinho do Bar!* Fazendo justiça às palavras que sempre declarou, “viverei para o povo e pelo povo morrerei”, Toinho morre no meio do “seu povo” em plena campanha para sua reeleição.

O impacto causado pela notícia de sua morte gerou comoção, revolta e muita tristeza. A violência ficou incontrolada na cidade, e os adversários precisaram deixar o município escoltados pela polícia. A população encaminhava-se enfurecida e armada com paus e pedras para as residências dos candidatos do PFL. O clima de tensão, misturava-se a um clima de desesperança e profundo pesar. Marcone Farias, candidato a vereador pelo PFL, e os eleitores Adriano Omnia e Ermano José (empresário) descrevem aqueles dias tenebrosos no município:

Foi uma sensação muito ruim, telefonemas acusadores, dizendo que tínhamos conseguido calar Toinho do Bar. Não abri as portas do meu comércio naqueles dias, por receio, mas também por respeito ao luto que estava envolvida a cidade.²³

Depois daquela grande tragédia, passei três dias sem poder sair fora de casa, trancado e com medo. Foi horrível!²⁴

A gente nunca viveu uma situação tão difícil como aquela. O pessoal que sabia que você era eleitor adversário estava enfurecido. Eles encaravam você com ódio. Queriam lhe quebrar! Interceptavam seus carros para quebrar os vidros e se você falasse qualquer coisa apanhava no meio da rua! Eu nunca mais quero viver um inferno desses de novo!²⁵

Após as investigações, o judiciário toma o ocorrido como um acidente, uma fatalidade. O autor da morte de Toinho, o senhor Ricardo César de Araújo apresentou-se à polícia, prestou depoimentos, explicou que estava embriagado e não prestou socorro por medo de ser linchado por toda aquela multidão.

Ramalho Alves Bezerra, primo do prefeito morto é escolhido na cúpula do PMDB para ocupar o seu lugar. Como aquele era o primeiro ano em que se realizava uma eleição com urnas eletrônicas, o TRE achou viável não trocar as fotos dos candidatos Toinho e Ramalho. Ramalho também não fez questões a respeito e o povo foi às urnas para votar no prefeito morto, e ver pela última vez seu rosto estampado em cada urna sob o tilintar de cada voto de confirma.

²³ Trecho retirado de entrevista concedida pelo senhor Marcone Farias a Monalisa Lustosa.

²⁴ Adriano Omnia em entrevista concedida via chat do facebook em Setembro 2014.

²⁵ Ermano José de Araújo, dono de uma Distribuidora de Auto Peças na cidade, em entrevista concedida em setembro de 2014.

IX - O prefeito morto e o trabalhar da sua Memória

A perpetuação de sua memória foi trabalhada intensamente no município por meio de estabelecimentos, escolas e ruas com seu nome e por meio de uma festa dedicada a Santo Antônio, proposital trocadilho com o político Antônio Pedro. Ramalho criou posteriormente a lei municipal de número 211/2001 que determina o dia 10 de setembro como feriado municipal. A intenção daqueles que fizeram parte da história e vida de Toinho era que seu nome não fosse esquecido. Após 14 anos de sua morte, Toinho ainda é citado nos discursos de campanha de todos os lados partidários, seja por saudosismo daqueles que um dia dividiram com ele os palanques e a gestão, seja por oportunismo em utilizar seu nome como um status.

A história de Lagoa de Roça ficou marcada muito mais por sua morte trágica, intrigante, mal resolvida, determinada por uns como acidente e por outros como assassinato e, principalmente no meio do povo, como um capricho da vida querendo fazer cumprir a frase que tantas vezes proferiu: *“eu sou do povo, trabalharei para povo e pelo povo morrerei...”*.

X - A Campanha de 2004: a “Continuidade do Trabalho de Toinho” versus a “Continuidade da Memória de Toinho”

A campanha de 2004 foi a primeira realizada no município após a trágica morte de Toinho. Agora o cenário político contava com uma disputa entre Ramalho Alves para a reeleição e Marcone Farias na oposição. Contudo, o nome de Toinho esteve presente nos discursos de palanque de ambos lados, algumas vezes em forma de homenagens e outras vezes como propaganda política.

Em 2002, por causa de algumas divergências de opinião na administração da prefeitura, a família Santos²⁶ rompe definitivamente com o então prefeito Ramalho Alves. Em 2004, procurados pela oposição e após um dia inteiro de conversa em Campina Grande com membros e cabos eleitorais, os Santos decidem apoiar o grupo de Marcone Farias agora filiado ao PMDB e candidato pelo partido apelidado pelo povo de o “15 de Toinho”. Em troca do apoio, entre outras exigências, a família Santos solicitou para chegada deles em Lagoa de

²⁶ Família do prefeito Toinho do Bar.

Roça uma girândola de fogos na entrada da cidade, outra no centro e outra na saída da cidade em direção à Esperança. Sob o cortejo de uma breve carreata os irmãos de Toinho chegaram por volta do início da noite e em frente a prefeitura fizeram um inflamado discurso com carro de som notificando a população os motivos da decisão de apoiar Marcone Farias. Ramalho filiou-se então ao PV em coligação com PSDB e passou a usar o número “45”.

Se comparada à campanha de 2000, a de 2004 poderia se caracterizar como tranquila, porém, os eventos realizados não estiveram livres de constantes tensões entre eleitores adversários. Ao final dos comícios, sempre havia em menor ou maior proporção brigas de facas, paus e garrafas de bebidas quebradas entre eleitores com os ânimos bastante alterados. Não se pode concluir que alguma dessas brigas remetia ao que houve com Toinho na campanha passada, porém, Lagoa de Roça era cenário de uma campanha onde os nervos de cada eleitor estavam “a flor da pele”, qualquer provocação ou atitude um pouco mais rude poderia resultar em uma pancadaria generalizada.

Fora essa “sensibilidade” e intensa falta de “paciência” por parte de eleitores, cabos eleitorais e marqueteiros, também havia algumas armações a fim de jogar o adversário em “maus lençóis”. Como por exemplo, temos o caso em que um facão é “implantado” no capô do carro do eleitor conhecido como Bilú que era irmão do candidato a prefeito Marcone Farias. Na ocasião, Bilú foi abordado pela polícia quando passava pelo local de comício do candidato à reeleição Ramalho Alves, sob a denúncia de estar armado e direcionado a cometer algum atentado a alguém. Bilú foi preso ao encontrarem o referido facão em seu carro, o que gerou ainda mais confusão sob os protestos dos familiares de que aquilo teria sido uma grande armação.

Ao final de tudo, a presidente do Partido do PMDB na época, Olga Silvéria Farias foi convocada a entrar em ação e de alguma forma soltar o irmão do candidato a prefeito. Quando aconteciam eventos do partido, integrantes da organização de campanha faziam vistoria pelo local do comício coletando toda e qualquer garrafa de vidro jogada pelas calçadas a fim de evitar o uso das mesmas nas eventuais brigas que eram quase certas de acontecer.

Um ponto relevante a analisar sobre a campanha de 2004 é o uso do nome de Toinho. O grupo de situação formado pelo atual prefeito da época Ramalho Alves se dizia continuidade de um trabalho iniciado por Toinho. Por ter sido seu substituto, e como ele, ter vindo do meio do povo, mais precisamente da roça, pois antes de tornar-se prefeito era agricultor, Ramalho se posicionava como alguém em quem o povo poderia confiar e ter

acesso. Um alguém que estava à disposição do povo para atender-lhe em qualquer necessidade.

No entanto, de encontro a todo o discurso de Ramalho, tínhamos o de Marcone Farias, que agora estava respaldado pela família do próprio “saudoso Toinho do Bar”. Esse era um detalhe que pesava bastante nessa campanha. E Marcone não poupou esforços para associar seu nome e sua história ao nome e história de Toinho. Com um discurso comparativo, fazendo um paralelo entre ele e o “grande político” Toinho, Marcone iniciou a cerimônia de convenção do partido e seguiu adiante nos eventos de campanha. A estratégia principal da oposição centrava-se em se fazer cada vez mais próxima ao nome de Toinho, denominando-se uma continuidade de seus ideais, de sua memória e de sua forma de gerir. A oposição a Ramalho procurava apagar da memória coletiva o fato de ter sido sempre ela mesma uma oposição ao próprio Toinho do Bar em sua eleição e reeleição ao longo da história política do município.

Seguiram-se as mesmas práticas assistencialistas. Bujão de gás, telhado, passagens, transporte para retirada do título de eleitor, contas pagas de água e luz, e inclusive distribuição de camisas com números de candidatos fizeram parte da forma de se fazer política do município. E a ideologia para votar, pelo menos entre aqueles que não trocavam seu voto por algum benefício, dividia-se em um voto pelo trabalho de Ramalho ou um voto pela memória de Toinho. Nunca uma campanha foi tão apelativa à memória de alguém quanto esta de 2004. O eleitor de Toinho que sobrevivera ao trauma da tragédia na campanha de 2000 vê-se então dividido entre votar na “situação-toinho” ou “oposição-toinho”. Nos discursos parecia não existir uma identidade de cada candidato da disputa do pleito. O que estava em pauta nas propagandas de campanha não era o trabalho realizado por Ramalho Alves enquanto prefeito ou por Marcone Farias enquanto vereador, mas sim o grau de aproximação de cada um ao “grande político” Toinho do Bar. Nas campanhas que Toinho disputara, pintava-se nos muros dos eleitores um “T15”. Utilizando-se das mesmas cores, e da mesma arte de pintura, as paredes do eleitorado de Marcone ganharam um “M15” fazendo o eleitor saudoso lembrar e associar o 15 atual ao 15 das campanhas de Toinho.

Ao final da campanha a “continuidade do trabalho de Toinho” vence a “continuidade da memória de Toinho” com a vitória de Ramalho Alves sobre Marcone Farias. Esse resultado gerou controvérsias sobre a força do nome de Toinho desde então. Alguns afirmavam que o fato da família Santos sair derrotada dessas eleições significava o fim da memória de Toinho e da importância de seu nome. Porém, para outros, ele estaria sempre

guardado nos corações e na memória coletiva, mas seu nome não poderia mais pesar sobre a análise do trabalho de qualquer político. Como ambos os lados (oposição e situação) utilizaram-se do nome de Toinho enquanto propaganda política, não é possível definir com precisão se o eleitor de 2004 votou por memória e saudosismo, ou pelo trabalho desempenhado que observou de ambos os candidatos ao longo dos quatro anos anteriores. O que se pôde observar da campanha de 2004 foi que a influência do nome de Toinho e de sua memória esteve muito mais forte nos discursos do que o trabalho da gestão atual no município. O passado se fez muito mais notável do que o presente na campanha de 2004.

CAPÍTULO 3

TOINHO DO BAR: QUANDO A ASSISTÊNCIA AO “MEU POVO HUMILDE” SE TORNA CAPITAL ELEITORAL

Neste trabalho, vimos como práticas coronelísticas seguem enraizadas nas estruturas de poder como elemento forte de nossa cultura política no que diz respeito ao evento das eleições. A figura do coronel atual, “moderno” se tornou “peça-chave” na influência dessa base estrutural de campanhas políticas que assistimos hoje. Em maior ou menor grau, ao longo do tempo, atitudes “pouco-republicanas” se manifestam no âmbito eleitoral evidenciando certa fragilidade na nossa democracia e reafirmando a nossa cultura política autoritária.

Avançamos no que diz respeito ao uso da tecnologia em procedimentos democráticos, mas não desenvolvemos uma democracia mais sólida e uma cultura política avessa ao autoritarismo. E apesar da utilização de mecanismos modernos, como as urnas eletrônicas, para tentar garantir resultados justos nas votações, e as redes sociais como forma de inovação e abrangência das propagandas de campanha, não somos necessariamente democráticos. O nosso sistema político ainda faz uso da manipulação e da compra do voto que será digitado e confirmado na urna eletrônica.

As redes sociais servem muito mais, para brigas, ameaças veladas ou não e formação de calúnias e “fofocas” a fim de “queimar” candidatos ou pessoas ligadas aos mesmos, do que para se fazer uma campanha eleitoral midiática, criativa e interessante que trate de propostas e pontos positivos dos candidatos em disputa. Lagoa de Roça não foge à regra, e como foi explanado nos capítulos anteriores, observa-se ainda muito enraizada nas campanhas deste município, a cultura política do “vale-tudo”, desde um xingamento racista até mesmo a violência, para se manter ou se chegar ao poder.

O início da discussão deste capítulo será uma breve análise das fragilidades de nossa democracia e a crescente desconfiança no meio político por parte da população. Em seguida veremos como as eleições de 1996, 2000, 2008 e 2012 serviram como base para a manutenção dos velhos hábitos de uma cultura política coronelística que permeou a história política de Lagoa de Roça.

I- Somos Realmente Democráticos?

Em 1985, encerrado o regime militar, o Brasil entra em um novo ciclo, agora com procedimentos democráticos em seu âmbito político que, após 29 anos, permanece em funcionamento com seu processo de eleições e alternâncias de poder. A questão no entanto, que segue em pauta diante da história política brasileira é a seguinte: ao olhar o passado e o caminho trilhado pelo país na implementação de sua democracia, é válido afirmar que a mesma é realmente um sistema político sólido?

Por termos uma cultura política autoritária que pode se manifestar mais explicitamente em determinados momentos, enfrentamos dilemas e conflitos diante da

necessidade de consolidação da democracia. A interação da nossa sociedade com o Estado acontece baseada em formalismos democráticos e é garantida exatamente pelo autoritarismo. Parte dos brasileiros supõe que governos não democráticos são mais eficazes que os governos democráticos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do país. Entre desenvolvimento econômico e democracia política, a solução para a provisão das necessidades populares encontra-se exatamente nas saídas de força, obviamente não democráticas. Toda essa forma de conceber a escolha entre desenvolvimento econômico e democracia faz parte de uma mentalidade autoritária.

Embora estejamos a uma considerável distancia temporal do fim do regime militar, a preferência dos brasileiros pela democracia segue em patamares baixos. Ao invés de termos um aumento na crença no nosso sistema político, o que assistimos é a crescente *descrença* na democracia somada a idéia de que a solução para os problemas está justamente em saídas de força, como a que tivemos em 1964. Ainda neste ano vimos vários movimentos de protesto, por parte da população, repletos de pedidos de impeachment e intervenção militar. Tais pedidos expressam de maneira clara além de uma forte descrença na democracia, também a presença da idéia de que só uma intervenção militar poderia solucionar os problemas de corrupção e a crise econômica pela qual o país está passando.

Em outubro de 2007 o Instituto Latinobarômetro²⁷ publicou índices de uma pesquisa feita em 18 países da América Latina referente ao desenvolvimento econômico e a democracia. A pesquisa trouxe um considerável índice de queixas dos povos de cada nação em relação a democracia, na qual pedia-se governos mais fortes e mais desenvolvimento. O sentido de tal frase está no fato de que cada vez mais os governos democráticos desses países vêm deixando a desejar no que diz respeito a sua atuação na sociedade. Ainda que se considere os anos de crescimento econômico e baixo índice de inflação, o povo reclama a ausência do Estado e reivindicam uma maior participação e atuação do mesmo na sociedade. Segundo os dados do Latinobarômetro o apoio a democracia seguiu em queda. Na avaliação dos anos de 2006 e 2007 verificou uma baixa de quatro pontos percentuais nos 58% da população que apoiavam a democracia. Esses quatro pontos percentuais a menos demonstram que eleições contínuas e desenvolvimento econômico ainda não são garantias de apoio ao sistema de governo democrático.

²⁷ Informe Latinobarômetro – 2007. Banco de Datos em Línea, Santiago de Chile: Corporación Latinobarômetro.

Compreendendo procedimentos e conteúdo, a democracia política reúne mecanismos e práticas nas decisões em favor de interesses sociais, nas normas que regem o funcionamento das instituições e nas atitudes que permeiam essa relação entre instituições e sociedade civil. A qualidade da democracia aumenta quando ela passa a ser não só de direitos, como também de fato. O apoio da população a democracia é condicionado, na maioria das vezes, ao funcionamento da mesma para o bem de pessoas comuns, não podendo, portanto ser desassociada do contexto socioeconômico em que essas pessoas comuns vivem. O ideal contratualista de democracia a trata como um sistema que consegue promover o bem-estar ao maior número de pessoas.

Faz-se necessário, atentar para a ambiguidade que envolve a evolução do apoio à democracia no Brasil. Nos dados fornecidos pelo Latinobarômetro em 2004, 56% dos brasileiros sob nenhuma circunstância apoiariam um governo militar, por outro lado, 54% defendem um governo autoritário desde que o mesmo resolvesse os impasses econômicos da nação. Ao mesmo tempo em que se recusa taxativamente qualquer apoio a um regime militar, se concebe também a idéia de um governo arbitrário considerando a solução para o desenvolvimento econômico. A sociedade brasileira segue dividida, onde metade da população se manifesta a favor da democracia, e a outra metade considera viável uma alternativa antidemocrática que promova o desenvolvimento e “acabe” com a corrupção. Diante de um dilema em que governos democráticos não produzem desenvolvimento econômico, ou por sua vez, o desenvolvimento econômico só é possível pela via autoritária, a sociedade brasileira sacrificaria sem pestanejar o sistema político atual?

Diante desses resultados podemos afirmar então, que a democracia por si só é o grande problema? Substituí-la por um regime ditatorial seria a solução desejada pela maioria dos brasileiros? Parte dos brasileiros afirma ser a democracia ainda a melhor forma de governo, mesmo com problemas a serem resolvidos. No entanto, mesmo saindo em sua defesa esses brasileiros se dizem insatisfeitos com o funcionamento da mesma no nosso país. O que se conclui, portanto, é que o povo brasileiro considera sim a democracia como melhor forma de governo, mas não nega suas inúmeras falhas de funcionamento. Ou seja, “democracia como melhor forma de governo” refere-se ao que idealmente o brasileiro gostaria de ter. Porém, “deficiência em seu funcionamento” refere-se ao que realmente ele tem dessa democracia.

A insatisfação brasileira com a nossa democracia se relaciona ao funcionamento das instituições democráticas que seguem suas atividades com baixíssima eficiência e inúmeras

falhas, tais como corrupção e impunidade. Essa descrença na democracia representativa é justificável, principalmente pelo fato de a maioria dos partidos e atores políticos, nas suas atribuições governamentais e parlamentares, estarem voltados para interesses particulares, tornando-se incapazes de atuar de forma eficaz na mediação entre sociedade e Estado. Atitudes antirrepublicanas dos governos, como por exemplo, a constante utilização de Medidas Provisórias que dificultam a separação entre os poderes, as práticas clientelistas, a corrupção comprometendo a legitimidade do Estado e os diversos procedimentos de apadrinhamento entre governantes e parlamentares fragilizam o sistema representativo brasileiro de forma que o cidadão acaba por perder a confiança nas instituições que deveriam atuar para defendê-lo. Um exemplo disso é exatamente o “coronel prefeito” e o “prefeito coronel” que repetem quase as mesmas formas de se fazer política baseada em corrupção e autoritarismo, evidenciando a sobrevivência dessas velhas práticas coronelísticas ao longo da história.

Enquanto diminui a capacidade do Estado em atender às demandas da sociedade, aumenta a descrença na democracia. Quando o Estado não cumpre bem o seu papel de suprir as necessidades básicas dos cidadãos, alguém tem de fazê-lo. E são exatamente as instituições informais e as organizações criminosas que se encarregam dessa ação, visando na ausência do Estado o momento ideal e um campo vasto para agirem e se consolidarem. É fato que os políticos também se valem da ausência do Estado para praticarem o assistencialismo. Como dois exemplos dessa realidade, podemos citar o tráfico de drogas ou armas e as milícias. O primeiro atua nos morros onde se encontra o maior número de pessoas carentes. Sua ação por muitas vezes, torna-se abrangente no sentido de garantir aquelas pessoas o pão na mesa, o sustento, que seria uma espécie de “trabalho informal” no crime organizado e a “segurança”, onde só adentra o morro quem passar pelo crivo dessas organizações. Quanto às milícias, que são uma espécie de “polícia informal” associada às práticas ilegais, composta por cidadãos comuns de comunidades de baixa renda e ex-policiais geralmente destituídos do cargo por crimes cometidos, atuam sob a alegação de “segurança” do cidadão e combate ao narcotráfico. Porém, as milícias se mantêm com recursos financeiros provenientes da venda de proteção da população carente e da cobrança de pirataria nas redes de informação. No Rio de Janeiro é comum a participação de políticos na manutenção e controle dessas milícias. Além dos elementos citados, as fragilidades das instituições democráticas também dão lastro para o surgimento de lideranças carismáticas e governos populistas ou autoritários que se utilizam dessa insatisfação popular para chegar ou se manter no poder.

Somos uma sociedade cuja memória política nos remete a uma ditadura e, confiar na democracia não é um ato assim tão fácil. A importância das eleições e da alternância de poder está exatamente em seu sentido prático para o cidadão, em sua eficiência na função que desempenha para a sociedade. Se esses dois elementos democráticos falham em suas funções, o cidadão poderá apoiar os governos autoritários que prometem aquilo que a democracia tem dificuldade em fazer.

O fato é que a democracia não está resumida em apenas ritos ou constituição democráticos. Esses elementos são, na verdade, um passo no longo caminho para o processo de consolidação democrática. No tocante à política, a sociedade brasileira ainda tem uma visão de que a coisa pública só diz respeito aos governantes e que sua responsabilidade se limita a exercer o direito ao voto.

Inserido em um contexto de crescente fragilidade tanto na economia quanto nas instituições democráticas o brasileiro concentra-se apenas na sua luta diária pela sobrevivência deixando a margem sua participação política e social, restringida, portanto, a momentos eleitorais. Embora, possamos verificar melhoras no desenvolvimento econômico do país, o sistema político democrático brasileiro ainda não está devidamente consolidado.

II- O Problema de um Passado Ditatorial e uma “Semidemocracia”

O passado ditatorial de uma determinada sociedade torna ainda mais complicado a consolidação de uma cultura política mais democrática. Diante dessa afirmação, verifica-se que, por mais que uma sociedade seja economicamente desenvolvida, ela não necessariamente, deverá ter sua democracia consolidada. O mais provável a acontecer é que uma sociedade já democrática siga mais rapidamente no caminho do desenvolvimento econômico ou vice-versa.

Na América Latina e, principalmente no Brasil, enfrentamos desigualdades sociais, corrupção e ineficiente gestão nas instituições políticas, governos principalmente. Todos esses elementos dentro de uma realidade política como a nossa, fazem da nossa democracia um sistema bastante vulnerável. Embora estejamos atualmente vivendo em um estado de direito, o nosso sistema democrático definiu-se como uma “semidemocracia”, algo como uma “coluna do meio” entre o fortalecimento de um sistema democrático e o retorno ao sistema ditatorial.

O Brasil segue em um sistema político híbrido entre o autoritarismo e a democracia. A semidemocracia é exatamente onde os elementos democráticos e autoritários convivem,

caracterizada pela aceitação da sociedade em conviver pacificamente com procedimentos eleitorais e “restos autoritários” da ditadura. Esses “restos autoritários” exemplificam-se nas milícias, já citadas anteriormente, que garantem a “segurança” quando as instituições do Estado descumprem esse papel, e no fato de as Forças Armadas irem às ruas no dia do pleito, como visto em Lagoa de Roça no ano de 2008, quando soldados do exército guardavam as urnas que se encontravam instaladas nos colégios municipais e estaduais e outros prédios públicos. Em uma democracia onde as urnas devem guardar as armas, assistimos exatamente as armas garantirem o evento das eleições.

O Brasil, ainda segue em transição para uma democracia sólida. Substituímos as normas, leis e instituições de características autoritárias por outras de características democráticas como, por exemplo, as eleições. A eleição é condição necessária, mas insuficiente para se ter democracia. A nossa realidade política somada as ações pouco republicanas efetuadas tanto em gestões quanto em eventos de eleições, nos distanciam cada vez mais de viver uma democracia mais efetiva. E um exemplo claro disso foi a eleição de 2000 em Lagoa de Roça, na qual se utilizou pela primeira vez um procedimento de urnas eletrônicas, e no entanto terminou-se as campanhas com um candidato morto.

Toda essa discussão sobre como entendemos e vivenciamos a *democracia* em nosso país chama a atenção para o jeito de se fazer política até hoje em Lagoa de Roça. Com um histórico pautado na ação de políticos com práticas coronelísticas somado a uma mentalidade política autoritária e uma visão distorcida do que realmente é democracia, a sociedade lagoarrocense também segue problemática em suas atitudes quando se trata de eleições.

Compra de votos, ameaças de demissões, promessas de cargos (e também de empregos), boicotes em eventos de adversários, destruição de materiais de campanha, brigas de rua, em rádio e redes sociais, são exemplos de ações comuns nos eventos políticos de Lagoa de Roça. O eleitor se torna desonesto consigo mesmo quando escolhe seu candidato não pelo seu histórico político, o que já realizou pelo município ou suas propostas, mas sim pelo quanto ele está “pagando” por esse voto. Um eleitor ainda em pleno século 21 vale um milheiro de tijolos, um telhado de uma casa ou a madeira desta, uma consulta médica, caixas do remédio, enfim, necessidades básicas, e em alguns casos nem tão básicas assim, pois há quem coloque como preço de um voto os ingressos para um show do Zezé de Camargo e Luciano ou outro artista regional qualquer.

Utilizamos de procedimentos democráticos, mas não somos democráticos. Até chegar à tecnológica urna eletrônica, altamente segura, salvo as controvérsias e desconfianças

de muitos, o tão valioso voto passa por inúmeras negociações pouco republicanas, que deixam a sua condição de “voto consciente” em último ou nenhum plano na mentalidade do eleitor lagoarrocense. Há também os casos atípicos de “estratégia de diminuição do coeficiente eleitoral”, que se trata de uma espécie de compra, não do voto, mas sim da ausência deste. Esse tipo de estratégia consiste em diminuir a quantidade de votos do adversário para ultrapassá-lo na contagem de votos vencendo-o no pleito. Para que a estratégia de diminuição do coeficiente eleitoral funcione, como já afirmado, há uma “compra” em relação ao voto. Os votos “demovidos” do candidato adversário foram “comprados”. Porém, os mesmos não serão direcionados a quem os “compra”. Na realidade, o eleitor recebe uma pequena quantia em dinheiro para exatamente “não votar em ninguém” no pleito. E qual seria a serventia desse tipo de estratégia? Baixar o coeficiente eleitoral nas eleições para aumentar a chance de um determinado candidato de baixa legenda se eleger.

No pleito de 2012, segundo o que afirma a população e os adversários, a vitória da candidata Socorro Cardoso para prefeita foi favorecida por certa distribuição de dinheiro, as chamadas “onças” (notas de cinquenta reais), em grande parte da zona rural do município um dia antes do pleito, “convencendo” assim muitos eleitores votantes nos candidatos adversários Lúcio Flávio e Filipe Freire a ficarem em casa. Não há provas concretas de que realmente houve essa injeção de dinheiro na zona rural. Porém, a estratégia relatada nesta ação foi a de garantir a ausência no pleito dos eleitores do adversário, ao mesmo tempo em que se garantia a forte presença de eleitores do PMDB, baixando então o coeficiente eleitoral do adversário para facilitar numericamente a superação e a vitória em cima dele. Diante de tais exemplos percebe-se que, por mais que defendamos a democracia, não somos tão democráticos assim.

III- Breve Análise Histórica do Voto no Brasil

A origem da prática do voto em procedimentos eleitorais no Brasil vem de janeiro de 1523. De 1523 aos nossos dias, o Brasil percorreu um caminho de sucessivos regimes e formas de governos passando por Monarquia, Ditadura e Democracia, onde por vezes, o povo brasileiro ora foi convocado a votar, ora a assistir a indicação e escolhas de seus representantes.

Ao longo da História do Brasil, as campanhas e eleições políticas foram marcadamente constituídas por desmandos e disputas pelo poder nem sempre democráticas ou com respeito aos direitos do cidadão. Um bom exemplo dos direitos tardios da sociedade é o

fato do título de eleitor só ter sido instituído no Brasil em 1881 através da Lei Saraiva. E mesmo após a Proclamação da República, o voto ainda não constituía um direito de todos. Militares de baixa patente, menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, indígenas e integrantes do clero, ainda encontravam-se à margem do direito de escolha de seus representantes. Somente na década de 1930 é instituída uma nova legislação que dá o direito ao voto às mulheres.

Diante de um longo caminho de golpes de estado, ditadura militar, voto indireto, conquistas pelas eleições diretas e processos de redemocratização, o país segue em seu processo de amadurecimento do regime democrático no que diz respeito à prática do voto. Nos anos 1990, as campanhas políticas no Brasil passam a ser informatizadas por meio de urnas eletrônicas²⁸. Como uma “grande inovação” nos processos eleitorais do país, as urnas eletrônicas trazem a promessa de diminuir significativamente as fraudes eleitorais, diante da dificuldade eminente em violar o seu conteúdo.

Após o destaque na História, de alguns aspectos estruturais da prática eleitoral no Brasil, Elisabeth Christina de A. Lima²⁹ (2011) chama atenção para a necessidade de pensar o voto como parte da cultura e das práticas culturais. No chamado “tempo da política” período que parte do início da campanha até o dia do pleito, os eleitores utilizam-se do voto para a escolha de seus representantes. Esse momento de exercício do voto permite ao eleitor se pensar a partir da política e das suas adesões partidárias. Foi uma inovação na forma, mas não no conteúdo.

IV- Voto: Instrumento de Alienação ou Expressão Máxima da Representatividade? Que Lugar o Voto Ocupa em Nossa Sociedade?

Diante da insatisfação em relação a alguns resultados eleitorais, surge como explicação a idéia de que o povo “não sabe votar”, de que o voto é “alienado e sem consciência política”. Elisabeth Christina de A. Lima (2011) em seu livro *Ensaio da Antropologia da Política*, afirma que essa forma de pensar o voto e o eleitor que vota como “alienado”, além de cômoda é, bastante limitada. Para ela o voto está relacionado à cultura e às práticas culturais. O eleitor não deve ser “rotulado” de forma negativa pelas escolhas que

²⁸ As primeiras eleições informatizadas, com urnas eletrônicas, na Paraíba aconteceram em 2000.

²⁹ Professora de Antropologia da UFCG, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História. Pesquisa nas áreas de Cultura, Mídia e Política, com particular atenção aos processos de espetacularização da política em Campanhas Eleitorais e a construção da Imagem Pública dos políticos.

faz e, por sua vez, suas escolhas não devem ser concebidas unicamente como um resultado da manipulação e poder das elites. Buscar compreender inicialmente a cultura política, visão de mundo, contextos e universos simbólicos do eleitor, é de grande importância para melhor interpretação do papel e do lugar ocupado pelo voto na sociedade brasileira.

De maneira óbvia, em um sistema representativo, o voto é essencial. Porém sua dinâmica e os caminhos que envolvem os resultados das suas escolhas, fez do voto um tema bastante complexo para as Ciências Sociais, tornando urgentes as pesquisas e interpretações que tragam clareza à análise do simples ato de votar. As pesquisas das representações em torno do voto privilegiam sua dimensão simbólica buscando entender como os atores sociais compreendem e representam a política. A escolha do voto envolve forças e significados que estão além do tempo da política. Não se restringindo somente ao ato de votar, o voto depositado na urna, traz em si subjetivações e uma carga simbólica adquirida antes, durante e depois do período eleitoral, como explica Elisabeth Christina de A. Lima:

Ou seja, o voto enquanto exercício democrático é envolvido por crenças definidas na dimensão da subjetividade, no qual a adesão do eleitor a um candidato pode estar em conexão com processos políticos, sociais, culturais, econômicos e midiáticos que participam e constituem a sua decisão final através do desempenho de novos significados e novas práticas. (LIMA p.82, 2011)

A nossa cultura política traz a ideia de que políticos são sempre corruptos e o povo sempre alienado e desligado da política. Essa visão distorcida dos políticos e dos eleitores brasileiros imputa somente ao povo a responsabilidade de não saber votar e explicar as mazelas e doenças sociais do país, por uma prática de votar descompromissada e desinformada, que a cada eleição possibilita a continuidade do poder das elites, contrárias aos reais interesses da sociedade. Discordando dessa ideia que generaliza os eleitores e os transforma em agentes passivos das decisões políticas, Lima (2011) rompe com as abordagens tradicionais sobre as eleições e defende a premissa de que o povo sabe sim votar. Em geral, o eleitor busca maximizar algum interesse (coletivo ou individual) através do voto, o mesmo é uma atitude profundamente pensada pelo eleitor, na qual a sua escolha pelo candidato em questão segue ligada a sua práxis cultural e universo simbólico, ao contrário do que existe em uma atitude de alienação. O voto é um ato racional e tem seus interesses próprios.

Em suma, o que seria então o voto? Qual é a sua representação na cultura política brasileira? Que lógica está por trás das motivações eleitorais? O voto na visão de Lima (2011)

não é avaliado a partir de sua estrutura, mas sim através dos conceitos e práticas dados a ele pelo próprio eleitor. Sobre o que os brasileiros definem como política, destacou-se o conceito de política como resultados de ações e práticas dos políticos, ou seja, políticos enquanto representantes eleitos pelo povo. A política para o cidadão brasileiro não é um exercício de cidadania de todos, mas sim um assunto cabível apenas para políticos

As ações e práticas políticas de responsabilidade também do cidadão são delegadas aos chamados “políticos profissionais” e os “eleitos pelo povo”. Destacando a política não como uma ação do cidadão, mas sim de um grupo seletivo eleito democraticamente pelo povo. O povo não está interessado em fazer política, ele determina e elege alguém que a faça por ele.

Algo interessante destacado por Elisabeth Christina foi a distinção dada pelo eleitor entre política e significado do voto. A política é concebida como algo distante do eleitor, ao contrário do voto que é pensado como um exercício prático do eleitor. O voto no entanto, segue acompanhado de distintas significações e motivações tais como: arma de defesa do povo, moeda de troca a ser disputada simbólica e economicamente, motivação pelo aceno recebido do eleitor por um candidato específico, resposta da população a um candidato corrupto e também resultado de um conjunto de pressões exemplificadas principalmente em promessas de perseguições diversas nas quais se impera o medo.

As motivações de voto em Lagoa de Roça se encaixam em algumas das características citadas acima. O voto enquanto moeda de troca é verificável em praticamente todos os pleitos ocorridos na história do município, o mesmo como resposta a um candidato desaprovado pela população foi evidente no pleito de 2012 culminando com a derrota do candidato à reeleição Lúcio Flávio, e ainda há o voto baseado em pressões, não imperado pelo medo, mas sim comandado pelo senso de justiça, como no caso da morte do prefeito Toinho do Bar em plena campanha. Toinho depois de morto é eleito, recebendo votos, tanto de eleitores fieis desde a campanha quanto de eleitores antes adversários, que agora encontravam-se sensibilizados com o clima de luto e tristeza que pairava em todo o município. Nesse sentido a adesão ao voto não está restringida ao tempo da política, essa escolha antecede a campanha eleitoral envolvendo uma série de relações que extrapolam a mera escolha individual. Nas práticas políticas, a escolha do voto, é por muitas vezes, uma questão de honra e fidelidade que é racional, mesmo não parecendo ser!

Partindo desse pressuposto de que o eleitor utiliza-se de suas experiências de vida e modelos culturais para pensar sua escolha de voto, Lima (2011) defende que a adesão e o

posicionamento do eleitor frente à política e escolhas de voto não é resultado de uma alienação, mas sim fruto de muita meditação, cuja seriedade com a qual se coloca no movimento de campanha eleitoral, demonstra o seu comprometimento e a sua consciência para esse momento especial de vida pública. Sobre os pleitos ocorridos em Lagoa de Roça desde 1996 até 2012 será, mais à frente, discutido com detalhes a cultura política que envolve o eleitor lagoarrocense determinando sua forma de escolha de voto.

V- Eleição de 1996: A quebra de uma “Roda de Revezamento” através dos Laços Familiares

A eleição de 1996, conforme já visto no capítulo segundo deste trabalho, foi o primeiro pleito disputado por Toinho do Bar para o cargo de prefeito. A importância desta disputa encontra-se no fato de que, com uma folgada vitória, Toinho desbanca um grupo político que seguia há 32 anos no poder.

Em 1996, o poder encontrava-se nas mãos de um grupo que movimentava uma espécie de “roda de revezamento” no domínio do município. Tal grupo constituído por membros de elite, industriais, comerciantes e donos de terras seguia na administração do município desde sua emancipação em 1961. Era um grupo consolidado e unido com alguns laços familiares entre si. E sua forma de ação, não muito diferente dos coronéis da década de 1930/40, pautava-se na manipulação do voto, no assistencialismo e na formação de currais eleitorais.

Contudo, o cenário político do município em 1996 começava a mudar e é nesse momento de mudança que Toinho do Bar entra na disputa para prefeito. O diferencial de Toinho era o fato de, apesar de ter sido anteriormente vereador com o apoio desse mesmo grupo dominante, ele era apenas um popular. Toinho veio do povo, sua origem era humilde, e sua condição financeira na época em que se candidatara era frágil. E essas características lhe rendiam votos. Acessível a esse mesmo povo e, conhecedor das necessidades dos habitantes, Toinho mapeou os focos de extrema pobreza em cada área do município, e se apresentou como a solução para o sofrimento do “seu povo”. Com o discurso de que o povo precisava ser ouvido e assistido em suas necessidades, Toinho utilizou-se tanto de idéias inovadoras quanto das mesmas velhas práticas políticas da manipulação e do assistencialismo para obtenção de votos.

Na medida em que defendia uma gestão não autoritária, popular, com ações consistentes no combate a fome e a miséria do município, com um sistema de saúde mais abrangente e por fim, medidas de proteção e assistência especial à mulher³⁰, Toinho também mantinha em campanha uma organização estratégica com seus vereadores aliados impondo-lhes limites territoriais para a busca de votos³¹ para si próprios, mapeando o município de uma forma a inserir uma “pessoa sua” em cada setor e atender pessoalmente o pobre nas suas mais básicas necessidades. Toinho oscilava entre o *prefeito coronel* e o *coronel prefeito* trazendo idéias renovadoras, se dizendo a mudança, mas aderindo as velhas práticas políticas quando necessário para obter a vitória no pleito.

Ao ser eleito, Toinho quebrou a rotina política de 32 anos de revezamento no poder. Esse foi o grande marco da eleição de 1996. Um popular que venceu um coronel. Um pobre, que não tinha condições financeiras de arcar com uma grande campanha e também “comprar” o maior número de aliados, venceu as eleições com a ajuda de seu carisma, da construção de uma imagem “salvadora” e da sua popularidade.

VI- Eleição de 2000: “O Prefeito é um Grande Ladrão!” versus “A Oposição Quer me Matar!”

Enquanto que na eleição de 1996 tivemos uma importante alternância no poder originada de recentes mudanças políticas no município, em 2000, por sua vez, no momento em que avançamos nos procedimentos democráticos vivenciamos atitudes antirrepublicanas em seu nível máximo como violência e morte. Já explicado no capítulo segundo, os pleitos eleitorais se realizaram sob o cerco de muitas atitudes ditatoriais e pouco republicanas. A violência que se instalou em Lagoa de Roça no pleito municipal de 2000 culminando com a morte do prefeito, candidato à reeleição na época, é o ponto crucial dessa questão sobre a fragilidade de nossa democracia. O ano 2000 foi o primeiro a realizar eleições com procedimentos democráticos mais avançados, que foi o caso das urnas eletrônicas. Exatamente no mesmo ano em que demos um significativo passo a frente nos parâmetros democráticos, o ápice da violência e o nível mais alto de atitude coronelística, autoritária e “antidemocrática”, acontece em plena campanha eleitoral: o “prefeito-candidato” do

³⁰ Toinho construiu casas populares e as distribuiu para os nomes das mulheres, a fim de garantir-lhes a segurança de ter um lar, em caso de separações e divórcios. Ver mais detalhes no capítulo 2.

³¹ Ver no capítulo 2.

município é morto. Para a justiça, apenas um acidente. Para a população lagoarrocence, uma emboscada.

Por mais que a estrutura das eleições fossem outras, agora tecnológicas, e tenha se instaurado uma série de restrições em relação à compra de votos, pouca coisa tinha mudado na nossa cultura política. A campanha eleitoral de 2000 em Lagoa de Roça, teve como base muita violência, desrespeito, agressões físicas e verbais e ameaças. Não tratava-se de uma disputa eleitoral, tratava-se de uma “pequena guerra” entre eleitores, candidatos e pessoas ligadas a esses. O fato de termos pela primeira vez uma eleição que não seria feita no papel, não trouxe a essa campanha uma característica inovadora e consciente. Pelo contrário, todos os meios utilizados para a realização da mesma, tais como rádio, corpo a corpo, palanque, etc., estavam carregados de insultos que estouravam como bombas a certo momento dos discursos. Como bom exemplo, temos os locutores de som, muito utilizados na época como “animadores” do povo nas passeatas. Esses locutores munidos de um microfone tinham também a tarefa de provocar o adversário da maneira mais torpe. O candidato à reeleição, Toinho do Bar, era constantemente xingado de “macaco” devido a cor de sua pele. E o candidato a vice-prefeito da oposição, Raimundo, era chamado de “bandido” por ter sido bicheiro³² quando vivia no Rio de Janeiro.

Em 2000 Lagoa de Roça assistiu a campanha mais tensa de toda história do município. Se de um lado o grupo dos Donatos estava disposto a lutar com unhas e dentes para reconquistar o poder, do outro o grupo de Toinho do Bar não fraquejava em nenhum momento a fim de manter esse poder nas mãos. O adversário de Toinho tinha nas mãos muitas denúncias de corrupção e uso pessoal do dinheiro público contra ele que “explodiam como bombas” a cada comício realizado pelo candidato adversário Genival Donato do PFL. Por outro lado, mesmo com as denúncias, e as evidentes provas de improbidade, Toinho continuava querido pelo povo, sendo cada vez mais evidente a sua preferência popular.

E além de tantas características violentas, também haviam outras particularidades que faziam das eleições em Lagoa de Roça sempre um grande evento. E essa forma de organização, essa visão que se tem de um pleito eleitoral como um evento festivo e comercial remete exatamente ao tempo dos coronéis que pagavam até a estadia dos eleitores pobres que vinham de uma região mais longe. Em 2000, não muito diferente de 1930/40, foram distribuídos camisas, bonés, comida, bebida, etc. Era muito comum o candidato “dar uma passadinha” como quem não quer nada pelo bar de fulano de tal, em pleno domingo, lotado de

³² Articulador de jogos de apostas conhecidos como “jogos do bicho”.

gente e generosamente pagar a conta de todos os presentes. Não era “campanha” ... era apenas uma “visita” a um velho amigo dono de um bar. Outro ponto interessante da campanha de 2000 foram as ousadas apostas cartoriais. Variavam de 100,00 reais a um automóvel. Na manhã da segunda feira, após a esmagadora vitória do PMDB, não foram poucos os eleitores derrotados que deram adeus a sua opala, caravan e fusca ano 70/80. Tais apostas não valiam apenas por boca, mas eram lavradas em cartório. Tudo era devidamente documentado a fim de evitar “arrepentimentos” por parte do perdedor. E nessa cultura da aposta, a eleição em Lagoa de Roça por vários momentos tornou-se um jogo! A cultura da aposta move uma eleição. Para não perder um bem ou dinheiro o eleitor apostador é capaz de tudo!

Voltando às tensões do pleito, passada mais da metade da campanha, chegando o último mês dos eventos, as coisas para a oposição não andavam bem. O apoio popular a Toinho era crescente. E a sua reeleição confirmava-se ao passo que se aproximava o esperado dia da eleição. Com sentimentos de derrota ou “cantorias de vitória antes do tempo” por parte de eleitores de Genival Donato e de Toinho, as coisas foram ficando cada vez mais tensas no município. Toinho passou a sofrer atentados e a denunciá-los em pleno palanque de campanha, causando um misto de medo e revolta no eleitor que lhe apoiava. Em contrapartida, a oposição alertava de todas as maneiras possíveis, utilizando-se até de filmagens, sobre as corrupções, improbidades e má administração de Toinho em seu primeiro mandato. Ameaças, brigas violentas e muita confusão obrigou a Justiça eleitoral a proibir as carreatas. Para os eleitores de Toinho, o adversário havia provocado essa decisão por não ter mais de onde arrumar carros para encher sua “mirrada carreatas”. Segue-se então, os eventos apenas com passeatas. Para Toinho, a Justiça pendia para o lado da oposição e não o assistia como deveria. Muitos eram os discursos acusatórios de ambos os lados onde resumia-se basicamente em “o prefeito é um grande ladrão” e a “oposição quer me matar”

VII- Eleição: Uma Questão de Honra

A cidade dividiu-se de modo extremo, onde eleitores de lados opostos nem se quer dirigiam-se a palavra. A campanha de 2000 não era uma questão de alternância ou permanência de poder, ou simples disputa por um cargo, mas sim, uma questão de honra.

Perder a eleição para ambos os lados era perder a honra e ser publicamente envergonhado e desmoralizado. Devido ao nível de rixas a que o município chegou, o perdedor seria estupidamente “massacrado” pelo adversário vencedor ao final do dia do pleito. Falava-se até em “expulsão de alguns da cidade” inclusive do candidato a vice-prefeito pela oposição. Toda essa “pesada nuvem” pairada em Lagoa de Roça desmanchou-se literalmente em uma tremenda tempestade na madrugada do dia 10 de setembro de 2000, quando Toinho é atropelado e morto no meio de “seu povo” em plena passeata que vinha da zona rural à cidade. O carro que o atropelou havia um tempo que segundo algumas testemunhas, estava sem placa e parado na pista de faróis apagados, onde ao aproximar a multidão, o mesmo acelera e segue para o alvo principal que era Toinho.

A morte de Toinho gerou muitas controvérsias. E após o motorista entregar-se para a polícia alegando estar bêbado, o caso foi arquivado e resolvido como um acidente. Para a população tratou-se do resultado de todas as ameaças e atentados sofridos por Toinho durante a campanha, cuja oposição é a principal suspeita. O clima na cidade foi de luto, de tristeza e de muita revolta. Os ânimos estavam muito exaltados e inúmeros grupos de pessoas armadas com paus e pedras dirigiam-se as residências de candidatos da oposição para “quebrar tudo”. A polícia precisou retirar escoltados da cidade o candidato a vice-prefeito da oposição e a presidente da câmara dos vereadores. Diante de todos esses fatos podemos verificar o quanto não somos tão democráticos. Em alguns casos, não agiu-se pelo convencimento, pela palavra, agiu-se pela violência e pela força. Para o povo de Lagoa de Roça, Toinho foi calado para sempre pela oposição.

VIII- Eleição de 2008: Mudando a Forma, mas Permanecendo o Conteúdo

A eleição de 2008 traz de forma mais clara certa diferenciação no tipo de candidatos que se apresentam para o comando do município. Essa diferenciação trata na verdade, de uma transição entre o *coronel prefeito* e o *prefeito coronel*. Por definição o *coronel prefeito* seria o coronel da década de 1930/40 ou do início da história política de Lagoa de Roça, aquele que detinha as terras, os bens e o dinheiro suficientes para lhe garantir uma vitória nas eleições e, exatamente por esse meio de manipulação e compra de votos, ele adentra e se mantém no poder. Diferentemente é o *prefeito coronel* que não possui bens, não é dono de terras e não detém de nenhum subsídio financeiro que possa lhe garantir a vitória no pleito, porém, por

meio da “conquista” do voto popular e também das leis que abrem espaço para que um popular possa candidatar-se, esse político ao vencer o pleito torna-se o *prefeito coronel*, que em sua gestão adquire bens, terras e subsídios financeiros que lhe garantam uma reeleição. Essa é a grande diferença entre os políticos lagoarrocences do tempo da emancipação municipal para os dias atuais: o “coronel prefeito” coloca a força e o poder econômico acima de tudo, enquanto que o “prefeito coronel” se vale das leis e das instituições formais e informais para se chegar ao poder.

Se o grupo político comandado pela família Donato pode ser descrito na categoria de *coronel prefeito*, a nova geração de políticos, iniciada por Toinho do Bar, pode ser reconhecida na categoria de *prefeitos coronéis*. A eleição de 2008 representa o fim do segundo mandato de Ramalho Alves Bezerra, que no uso de suas atribuições decide lançar a candidatura de seu sobrinho, o jovem Lúcio Flávio como seu sucessor. Dentro das claras características do nepotismo, Ramalho trabalha a campanha de seu sobrinho com o discurso de “votem nele e estarão votando em mim!”. Lúcio não tinha antecedentes políticos e nenhuma experiência com administração pública. Em seu favor, pesava apenas o fato de ser o sobrinho do prefeito e, conseqüentemente um alguém de sua confiança. Muda-se a forma, mas não o conteúdo. Com as eleições cada vez menos violentas, com procedimentos democráticos mais seguros e maior fiscalização e restrições da Justiça Eleitoral no que diz respeito à compra de votos, ainda assim, recorre-se as mesmas práticas políticas dos tempos dos coronéis e porque não dizer dos tempos imperiais, onde o “trono” passava de geração para geração de uma mesma família.

Assim a campanha de 2008 segue com uma oposição enfraquecida, sem perspectiva de mudar o município e cujos interesses são voltados a apenas “vender o gado”, ou seja, vender para os deputados federais e estaduais os poucos votos conquistados nas eleições posteriores. O pleito de 2008 teve como resultado a vitória de Lúcio Flávio com 3.788 votos (58.67%) contra 2.668 votos (41.33%) de Socorro Cardoso. Em uma diferença de 1.120 votos na frente da candidata Socorro Cardoso, o sobrinho do prefeito torna-se o novo prefeito coronel da época. Por trás do jovem Lúcio Flávio havia um político experiente o que resultou na sua eleição. A juventude venceu a experiência em 2008.

IX- Eleição de 2012: Uma Campanha de “dossiês”, *Fakes* e Redes Sociais

Iniciado o ano de 2012, e a oposição agora tem um novo ânimo e um estímulo maior para virar o jogo e conquistar desta vez o lugar de domínio do município. No último ano de uma gestão cheia de falhas, pouca experiência e inúmeros descontentamentos devido aos salários atrasados, Lucio Flávio foi desde janeiro de 2012 alvo de inúmeras denúncias por parte da oposição. Com um programa na rádio Bultrins Fm 87.9, intitulado “Conexão Popular” sob o comando de Filipe Freire, que mais tarde se lançaria candidato a prefeito, a oposição desnudava a cada sábado várias falhas e descasos da gestão 45-PSDB enfurecendo os correligionários do prefeito e aumentando o já generalizado sentimento de descontentamento no município. O não pagamento dos salários e a crise da água em fevereiro geraram conflitos entre os eleitores que saíam em defesa do jovem prefeito e a oposição que agora articulada, aproveitava-se de cada erro de seu oponente na intenção de derrubá-lo antes mesmo do início da campanha.

Devido à grande repercussão gerada pelo “Conexão Popular”, Filipe Freire tomou a decisão de lançar-se como um nome novo para o comando do município. Essa decisão acabou por dividir o grupo de oposição entre os que apoiavam Filipe e os que apoiavam Socorro Cardoso para cabeça de chapa. No entanto, após a divisão, Filipe Freire instala uma chamada “nova oposição” e lança sua candidatura pelo Partido Progressista – PP e começa suas articulações de campanha formando o grupo “resistência Ldr”³³ com o qual fazia várias reuniões em locais estratégicos e associações a fim de conquistar o eleitorado.

Em uma campanha constituída por um grupo de “situação” e dois grupos de “oposição”, muitos foram os conflitos existentes principalmente com os grupos de oposição entre si. Filipe Freire, que se apresentava como a “nova oposição”, juntamente com seu grupo do PP articulava montar a chapa com o líder do Sindicato dos Agricultores do município, o senhor Geraldo Simplício, mais conhecido como Geraldo do Sindicato. Porém, o grupo do PMDB referido como a “antiga oposição” infiltrou-se nas negociações e por meio de uma “vantajosa” proposta “arreatou” o sindicalista Geraldo Simplício para o PMDB, eliminando dessa forma os planos de Filipe Freire em tê-lo como seu vice-prefeito. Geraldo Simplício tornou-se então, vice-prefeito na chapa de Socorro Cardoso.

Outra estratégia por parte da antiga oposição contra a nova oposição foi o chamado “vereador espião”. Devidamente instruído a “coletar” informações e projetos de campanha do grupo do PP, o senhor Robson Porto, candidatou-se a vereador pelo PT, que no momento seguia coligado ao PP em Lagoa de Roça. Robson Porto manteve sua candidatura sem

³³ Resistência Lagoa de Roça

pretensões de ser eleito, atuando de forma independente do grupo de Filipe Freire. O referido vereador nunca comparecia aos eventos de campanha do PP, estando presente apenas nas reuniões do grupo para elaborar estratégias e organização de campanha. Mais tarde, com a vitória de Socorro Cardoso no pleito, foi descoberto que o candidato a vereador pelo PT Robson Porto, além de trabalhar escondido pedindo votos para a antiga oposição, era também um dos fakes³⁴ nas redes sociais, o mais conhecido como “Fernando Reys”, que tinha a função de atrapalhar as campanhas de Lúcio Flávio e Filipe Freire.

A campanha política de 2012 teve a utilização das redes sociais como um fato inovador. Os métodos de campanha como corpo-a-corpo, panfletagem, marketing, programas de rádio, palanques e pequenas reuniões, abriram espaço também para as redes sociais. Esse novo mecanismo de comunicação atuou em Lagoa de Roça na campanha de 2012 com uma força extrema, atingindo muito mais o eleitor do que qualquer outro meio de comunicação. O ponto principal, no entanto, é que ao invés de uma campanha política midiática, interessante e informativa, se deram brigas, rivalidades, calúnias, discórdias e muitas outras práticas coronelísticas tão difundidas nos anos de 1930/40.

Se antes existiam os papéis jogados nas portas nas vésperas das eleições com conteúdo que “queimavam” o candidato, agora eles dividiam o mesmo serviço com as postagens dos fakes que escondidos por trás de seus Pc’s preparavam verdadeiros “dossiês” contra cada candidato rival. O mais famoso fake que ficou marcado nesta campanha de 2012 foi o “Fernando Reys”, cuja principal função era de denunciar toda e qualquer irregularidade na gestão de Lúcio Flávio e acusar Filipe Freire de ser o “forasteiro do 11” que veio à Lagoa de Roça a fim de roubar o seu tesouro. As acusações do fake Fernando Reys pesaram e muito nas decisões do eleitor lagoarrocense. Essa forma de utilizar as redes sociais nas campanhas gerou inúmeras brigas que em alguns casos terminavam na delegacia. E esses exemplos, nos mostram como precisamos mudar a nossa mentalidade a respeito da política. Por mais que estejamos munidos de tecnologias e formas de comunicação cada vez mais abrangentes, ainda temos uma cultura política distorcida do que é democracia, do que realmente precisamos avaliar para tomada das nossas decisões e principalmente, do que é respeitar a opinião e a opção de voto do outro.

Não muito diferente das campanhas entre 1988, 2008, e 2012 muitas foram as ameaças de demissões recebidas por alguns funcionários da prefeitura. Por ser a prefeitura a principal fonte de renda, direta ou indiretamente do município, boa parte da população tira

³⁴ Perfis falsos em redes sociais da internet.

dela o seu sustento, ou tem no mínimo algum familiar que depende da mesma para sua provisão.

Como um *prefeito coronel*, o então prefeito, candidato à reeleição Lúcio Flávio também contava com esses “recados” sobre a segurança de alguns empregos para assegurar votos. Essa ameaça de demissões tinha dois vieses: “para permanecer no emprego é necessário que me apoie” ou “se eu perder a eleição você também perderá o emprego”. As perseguições se davam de várias formas, e umas das mais pitorescas era a da cor da roupa. Pautada na filosofia do “diga-me que cores vestes e eu te direi em quem votas” o cidadão lagoarrocense era constantemente observado em sua vestimenta em época de campanha. Se vestisse vermelho, principalmente em dias de evento do PMDB, os eleitores do PSDB já desconfiavam que estava-se apoiando Socorro Cardoso. O mesmo se seguia para o azul que remetia a Filipe Freire do PP e o amarelo que remetia a Lúcio Flávio do PSDB. Utilizar-se também de uma cor amarela em eventos do vermelho era tomada como uma forma de provocação. A idéia era tornar as coisas confusas. E uma das estratégias que a velha oposição usou para neutralizar a nova e confundir o eleitor foi insinuar uma união entre Filipe Freire e Lúcio Flávio, jogando com as cores de seus partidos ao declarar que o azul e o amarelo “são cores de uma mesma bandeira tucana”.

Além das ameaças, das brigas nas redes sociais ou pessoalmente em eventos de campanha, também ocorreram destruições do material de campanha do candidato adversário. Como exemplo, temos os banners de campanha do candidato Filipe Freire que constantemente eram rasgados nas áreas da zona rural. Pichações das residências de cada candidato também eram comuns, e por último, em alguns casos haviam invasões nos comitês, de correligionários furiosos ameaçando o candidato ou os demais presentes.

Os discursos de campanha de cada candidato não apresentavam idéias inovadoras, opções concretas de mudança ou um novo olhar para a solução dos problemas do município. Nos palanques amarelos Lúcio Flávio apresentava-se tão somente como a “continuação de Ramalho, que, por conseguinte, era a continuação de Toinho do Bar”. Nas palavras de Filipe Freire o eleitor verificava apenas a afirmação de que era uma “nova oposição”, disputando no entanto, com a velha oposição o título de “verdadeira mudança”, que segundo o candidato do 11, seria ele a representação de uma “renovação política que vai de encontro a uma situação corrupta e uma antiga oposição já desgastada”. Por fim, o discurso da candidata Socorro Cardoso declarava a mesma como uma mudança efetiva. Com o slogan “Lagoa de Roça pede Socorro”, cujas letras “o” de seu nome eram o símbolo de uma cruz vermelha, Socorro

Cardoso apelava para o emocional do eleitor, trazendo uma imagem de calamidade ao município. Outro ponto interessante, que a candidata do PMDB usou e abusou em seus discursos foi o fato de ser mulher, mãe e dona de casa, capaz de gerenciar de forma eficiente o município assim como é capaz de gerenciar seu lar. E lançando mão desse discurso obteve vitória.

Contudo, após três anos de seu mandato, Socorro Cardoso não conseguiu cumprir com a maioria das propostas descritas em seu programa de governo e, vem mostrando uma gestão marcada por inúmeros escândalos de corrupção e constantes greves de funcionários e professores devido a atraso de salários, não pagamentos de contratados e não repasse de ajustes feitos pelo governo federal no salário das categorias de professores e ACS (agentes comunitários de saúde). Diante do quadro atual, resta ao eleitor a grande dúvida de se a prefeita Socorro Cardoso se equivocou em sua “autopromoção” de gestora política eficiente ou é apenas uma péssima dona de casa.

A candidatura de Socorro Cardoso, no entanto, trata-se de um fato especial para a história política de Lagoa de Roça. Assim como Cozete Barbosa com o PT e Lídia Moura com o PSB em Campina Grande, Socorro Cardoso com o PMDB foi a primeira mulher a se candidatar às eleições de chefias municipais e, diferente das primeiras citadas, tornou-se a primeira mulher prefeita do município. Analisando a sua jornada na campanha em que venceu o pleito de 2012, sob a visão de Lima (2011), verificamos certa visibilidade política por parte dessas mulheres chegando ou não ao segundo turno das eleições e vencendo ou não cada pleito. Nos debates da Tv, comícios, carreatas, passeatas e programas de rádio, elas seguiram fazendo uso de suas imagens de mulher, que segundo Elisabeth Christina, tinham por função não só conquistar o voto, mas também “a legitimidade de suas candidaturas a partir de um discurso, sobretudo, sexuado”. (p.19, 2011).

Os atributos de ser mulher, mãe e dona-de-casa, tornara-se uma forte alternativa para desconstruir e despolarizar a luta política local. Apresentando-se como a alternativa de mudança, essas mulheres ganham visibilidade cultural e política e levantam-se para a sociedade como fortes candidatas, que mesmo não vencendo o pleito tornam-se “mulheres políticas” que trazem o feminino a ser inserido na política.

Essa crescente participação da mulher na política, ainda que de forma lenta, traz certos questionamentos sobre o que significa essa inserção do feminino, e a representação dessas participações no que diz respeito ao ponto de vista das mulheres candidatas, da sociedade e do público eleitor. Sobre os usos do poder, Lima (2011) afirma que não há muita

diferença no assumir o comando seja de um estado ou município, entre homens e mulheres. No entanto, em se tratando do ponto de vista do eleitor, e segundo que informa a revista *Veja* de 2006, estudos apontam que a maioria do eleitorado acredita que na política, as mulheres são mais éticas do que os homens. Fato discordado pelos cientistas políticos que afirmam ser ingênuas tais afirmações dos eleitores, e as quais úteis para as mulheres que se utilizam de sua imagem para se apresentar como a que tem valores mais nobres.

Além dessas divergências de opiniões entre eleitores e cientistas políticos, Lima (2011) chama atenção para a alternância da “mulher política” que ao assumir um papel caracteristicamente masculino, ora se apresenta como mulher dominadora, forte, mulher de ferro imitando atitudes machistas, ora se apresenta como a mulher maternal, protetora, e mãe-pátria. Essas diferentes representações utilizadas pelas mulheres candidatas, servem como lastro para a construção de seus personagens políticos.

Em entrevista ao *Diário da Borborema*, jornal local de Campina Grande, Cozete Barbosa sobre o fato de ser mãe e também prefeita, afirmou seu compromisso principalmente com as mulheres trabalhadoras e as que enfrentam violência ou discriminação. Assim como Cozete, já citado mais acima, Socorro Cardoso explica que suas atribuições enquanto dona-de-casa e mãe trarão a capacidade e a organização necessárias para uma gestão de sucesso. Em ambas as ocasiões, percebe-se uma forte cobrança do modelo maternal e feminino, junto as qualidades de energia e determinação não “típicas de mulher”.

Por serem, ao longo da história, os papéis da mulher e do homem bastantes ritualizados, cristalizados e definidos, assim também é os lugares das mulheres nos espaços públicos e privados, cuja demarcação desses espaços naturalizou-se e fomentou imagens, discursos e rituais que provocam confrontos de disputa pelos espaços do poder entre homens e mulheres. Em outras palavras, as representações sobre que é ser homem e o que é ser mulher fazem parte de construções estratégicas nos embates políticos.

É importante destacar a forma emblemática com que as mulheres adentram na vida política. Sob a utilização de símbolos e estratégias discursivas, buscam destaque em um ambiente predominantemente masculino. O uso da “identidade de gênero” originada das lutas femininas pela sua emancipação, demarcam em seus discursos o lugar de “ser mulher”. Nas candidaturas dessas mulheres os discursos, emblemas e símbolos tem por principal função justificar a presença feminina na política. E como exemplo do uso de “identidade de gênero” nas campanhas temos os discursos femininos “autodenominados” de valores universais como sinceridade, verdade e sensibilidade jamais corrompidos pelo “lado sujo” da política. Se

apresentando como “inocorrúptíveís” e capazes de superar seus adversários do sexo masculino, as candidatas se põem em uma posição de destaque no uso das atribuições citadas acima.

Outro ponto característico das campanhas femininas, explicitado por Lima (2011), é a identificação da mulher com valores masculinos. Esses valores manifestam-se nos adjetivos de corajosa, guerreira, destemida, etc., nos slogans e nas músicas de campanha. No caso de Socorro Cardoso, a característica principal de sua campanha era identificá-la como a “salvadora” e “heroína” que arruma todo caos instaurado no município. Ao passo que a mulher busca o afastamento das características masculinas tidas como “defeitos de caráter”, ela também precisa aproximar-se das qualidades masculinas, para não passar uma imagem de si mesma como emocional e frágil demais, sob a pena de ser caracterizada pelo eleitor como fraca e incapaz.

Diante de tudo o que foi discutido neste último capítulo sobre a nossa cultura política percebe-se o quanto ainda somos arbitrários e distantes do que é a democracia. O dia 15 de novembro de 1889, apesar de marcar o início da república brasileira, não marca o início de uma mudança concreta. O que apresentamos foi um Império revestido de República. Mudaram-se os atores políticos, mas não as velhas formas de conceber essa política. O mesmo podemos afirmar sobre o coronelismo na política do país. A distância entre o “coronel prefeito” e o “prefeito coronel” não se encontra apenas no tempo, nas épocas de cada um. Corrupções, assistencialismos, nepotismos e perseguições seguem como peças de um padrão político atual, mas que remete às décadas atrás. E se apresentarmos como exemplo os usos da força ou violência por parte dos coronéis, ainda assim conseguiremos identifica-las neste século, mais precisamente no estudo de caso de Lagoa de Roça, onde no ano 2000 um prefeito é supostamente assassinado a fim de que, em caso de reeleito no pleito disputado, não assuma.

Portanto, embora sejamos favoráveis a uma democracia e utilizemos de procedimentos democráticos, a nossa cultura política ainda segue autoritária e por vez imperialista. Paradoxalmente defendemos a Democracia como sistema político ideal, mas não acreditamos na sua capacidade de solucionar problemas econômicos ou de corrupção. A verdade é que confiamos muito mais na eficácia das ações autoritárias para resolvermos os problemas do país do que nos diálogos e ações democráticas. Em suma, não somos tão democráticos quanto declaramos ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, sob a abordagem do tema resquícios do coronelismo nas campanhas eleitorais no município de Lagoa de Roça, busquei mostrar como nossas práticas políticas ainda seguem sem grandes mudanças no que diz respeito ao autoritarismo e mandonismo, características coronelísticas em ação. Trazendo uma discussão sobre as figuras de “coronel prefeito” e “prefeito coronel” na política local e fazendo um paralelo entre as campanhas eleitorais da década de 1930/40 e as da atualidade, observei que as distâncias de uma para a outra se configuram apenas em datas e épocas. Em termos característicos pouca coisa mudou. O coronelismo sobrevive na figura do “prefeito coronel” tão forte quanto viveu na figura do “coronel prefeito” no que diz respeito às ações personalistas, corruptas, assistencialistas e paternalistas.

Trazendo a análise de todo o percurso que vai do “coronel prefeito” ao “prefeito coronel”, pude entender como nossa democracia ainda é frágil e o quanto ainda somos ligados ao autoritarismo como forma “mais eficaz” para solução de muitos problemas. A conclusão do referido trabalho está exatamente na afirmação de que não somos tão democráticos. Defendemos a democracia como um sistema político ideal. Porém, em tempos de crise, reconhecemos a fragilidade de nosso sistema e por vezes tendemos a recorrer ao autoritarismo como uma solução. Como exemplo temos os inúmeros pedidos de intervenção militar expressados nos protestos populares deste ano de 2015 a fim de “acabar” com a grande corrupção que segue estampada na mídia através de inúmeros escândalos.

Para o Brasil se tornar uma nação verdadeiramente democrática, são necessárias significativas mudanças na estrutura agrária do país e um novo olhar ao papel de prefeito. A efetividade do executivo deve ser encarada como peça básica nas campanhas eleitorais e reconhecida como um exercício político e não apenas como um exercício administrativo.

A forte presença de práticas políticas de cunho coronelístico nos pleitos atuais traz a impressão de que a política local, em alguns momentos, parece estar congelada no tempo, mas precisamente nas décadas de 1930 e 1940. As nossas eleições que, deveriam tratar-se apenas de um simples mecanismo para a escolha de um representante municipal, estadual ou federal, ainda são um verdadeiro evento reconhecido como tal desde os tempos dos coronéis até hoje, movendo toda uma localidade. Sejam políticos ou eleitores, todos envolvem-se das mais variadas formas: fazendo campanha, comprando brigas, comprando votos, fechando acordos, formando alianças e forjando discursos, personagens e caricaturas.

E o que dizer dos atos de força, perseguição e violência? Mudamos a forma, mas não mudamos o conteúdo. Se antes nossas campanhas realizavam-se por meio dos palanques, do rádio, do corpo-a-corpo e das panfletagens, atualmente acrescentamos o uso da internet através das redes-sociais. Porém esse novo método de fazer campanha não serviu para a elaboração da mesma de uma forma criativa e diferente. Utilizamos a internet para as mesmas “baixarias”, brigas, fofocas e mentiras que ocupavam nossos palanques, nossos programas de rádio e nossos panfletos. Colocamos vinho novo em odres velhos no tocante às nossas práticas políticas.

Sobre o pleito, ainda ditamos o voto do outro. Não mais sob o punho de uma arma ou os serviços de um capanga, mas sim sob as ameaças de demissões de empregos, transferência do funcionário para lugares distantes e de difícil acesso no município e recusa de serviços de saúde e distribuição gratuita de remédios a quem votar no adversário.

Sob o lema de “aos amigos pão, e aos adversários pau!” ainda perseguimos, desmerecemos o outro e nos valemos de uma campanha em cima de erros e defeitos alheios, esquecendo-nos de mostrar à sociedade as realizações de nossos candidatos, seu trabalho e suas virtudes. Nossa forma de fazer campanha ainda segue um padrão de provar quem está “mais sujo” e, não de mostrar quem é mais capacitado. O fato é que temos um sistema democrático frágil que inova nos seus procedimentos para garantir a segurança nos resultados eleitorais, mas que ainda permite a violência no nível mais alto que culmina no “assassinato” de um candidato.

No decorrer deste trabalho, demonstrar por meio de pesquisas, estudos de caso e exemplos o quanto o coronelismo ainda atua na nossa política e, analisar o nosso sistema democrático sob o ponto de partida de suas fragilidades foram os objetivos principais concretizados. Considero a presente pesquisa enriquecedora em termos de conhecimento e aprofundamento do tema. Escrever sobre a política local me permitiu conhecer um pouco mais da história do município de Lagoa de Roça, lugar onde resido, e, pensar a democracia sob um outro ângulo, refletindo sobre a forma como a concebemos e até que ponto somos realmente democráticos nas nossas ações e opiniões.

REFERÊNCIAS

Bibliografias

COSTA, Monalisa Roberta Lustosa. **Do Bar ao Altar: Tramas e Representações em Torno de “Toinho do Bar” em Lagoa de Roça (1988-2007)**. Campina Grande, PB: 2007.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas**. 9ª ed. - Rio de Janeiro, 1991.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 5ª ed. - São Paulo: Globo, 2012.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo à simulacro do poder local**. Campinas, SP: [s. n.], 2000.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1994.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. - São Paulo, 1986.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SANTOS, Valter Araújo dos. **São Sebastião de Lagoa de Roça: Anotações Para Sua História**. Campina Grande, 2001.

SOARES, Gilbergues Santos. FREITAS, Líllian Rose Pereira de. **Democracia x Desenvolvimento – Um Falso Dilema?: Cultura Política e Qualidade Democrática no Brasil**. Campina Grande, 2010.

Fontes documentais

Arquivo da Câmara Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça. Atas de projetos de lei, de 2000-2007.

Depoimentos Orais

Adriano Omnia, professor de informática. Entrevistado em setembro de 2014.

Arnaldo Santos, comerciante. Entrevistado em junho de 2014.

Ermano José de Araújo, empresário. Entrevistado em setembro de 2014.

Lurde Anacleto, secretária do lar. Entrevistada em setembro de 2014.

Mabel, enfermeira. Entrevistada em junho de 2014.

Socorro “Boi”, viúva de “João Boi”. Entrevistada em junho de 2014.

ANEXOS



Prefeito Antônio Pedro dos Santos “Toinho do Bar”

Gestão – 1996 à 2000



Toinho do Bar em discurso de campanha – 1996



Eleitores com a bandeira do “T 15” de Toinho do Bar.



Prefeito “Toinho do Bar” na diplomação de seu primo Ramalho Alves para vereador e em entregas de benefícios ao “seu povo”.



Imagens do cortejo fúnebre do prefeito morto “Toinho do Bar”.

10 de setembro de 2000

